



ATA N.º 3/2016

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

PONTO 2 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - 1º TRIMESTRE DE 2016. INFORMAÇÃO Nº16/DGF/2016 – para conhecimento;

PONTO 3 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº11/SC/2016. Para conhecimento;

PONTO 4 - APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2015. INFORMAÇÃO N.º18/DGF/2016;

PONTO 5 - 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 20/DGF/2016;

PONTO 6 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À EXCLUSIVA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS EM VIGOR A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 – ARTº 63, DA LEI 7-A/2016, DE 30 DE MARÇO – LOE PARA 2016/ ATÉ 5.953.821,47€. RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. INFORMAÇÃO N.º19/DGF/201;

PONTO 7 - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO – PROPOSTAS DE REDUÇÃO DE SPREAD. INFORMAÇÃO Nº21/DGF/2016. Para conhecimento;

PONTO 8 - VENDA EM HASTA PÚBLICA DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. PRÉDIO URBANO DENOMINADO “CINE-TEATRO DE CHAVES”. - DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA N.º 55 /GAP/2016;

PONTO 9 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA “MINUTA DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2” - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 73/DSC/2016;



PONTO 10 – LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE MARC, SA. - APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA DE LIQUIDAÇÃO. PROPOSTA Nº 42/GAP/2016. Para conhecimento;

PONTO 11 – AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO 2016/2017. AJUSTE DIRETO Nº27/SC/2016;

PONTO 12 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017. CONCURSO PÚBLICO Nº1/SC/2016;

PONTO 13 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CHAVES. PROPOSTA Nº. 53/GAP/16;

PONTO 14 - ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS POR MOTIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES EM ESPAÇOS URBANOS E URBANIZÁVEIS DA CLASSE 1, CATEGORIA 1.1 – CIDADE DE CHAVES E 1.2 – VILA DE VIDAGO, PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO SEU PRAZO DE VIGÊNCIA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE 19.05.2016;

PONTO 15 - CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM "PARQUE AVENTURA", NA QUINTA DO REBENTÃO, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 52/GAP/2016;

PONTO 16 – CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI, IRS E PARA REDUÇÃO PARA RENDIMENTOS PREDIAIS. REQUERENTE: JOAQUIM BARREIRA MACHADO. LOCALIZAÇÃO: LARGO DO ARRABALDE - SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO N.º 287/07 | REQUERIMENTO N.º 536/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº95/DSCH/2016;

PONTO 17 - REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMT AO ABRIGO DO ARTº 45º DO EBF. REQUERENTE: VITOR CARLOS PINHEIRO FERREIRA. LOCALIZAÇÃO: RUA DO RIO - SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO N.º 373/10 REQUERIMENTO N.º 714/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº110/DSCH/2016;

Feita a chamada verificaram-se 78 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves.

Suspenderam o mandato:

Maria Manuela Pereira Tender

José Ferreira de Moura

Cláudia Patrícia Quitério Bento

José Carlos Matos Conceição

Brigite Raquel Bazenga V. Tomás Gonçalves

Francisco Pinto de Barros

António Pires de Almeida



Gisela Maria Esteves Espirito Santo

José António Trindade Mendes

Faltaram:

António Manuel Santana Abelha

O Senhor Presidente da Mesa começou por lamentar a ausência do Senhor Presidente da Câmara que, por motivos de saúde, não pode estar presente nesta reunião da Assembleia Municipal e saudou a presença do Senhor Vice-Presidente da Câmara em substituição do Senhor Presidente, no seu impedimento legal.

De seguida deu conhecimento dos documentos que deram entrada na mesa: um voto de pesar, um voto de congratulação e um voto de louvor.

O Senhor Presidente do Grupo Municipal do PSD, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão leu o voto de pesar que se transcreve:

“Voto de Pesar.

A Assembleia Municipal de Chaves reunida em sessão ordinária manifesta profundo sentimento de pesar, pelo falecimento de José Maria Faria de Barros Rodrigues, natural do Couto de Ervededo, Chaves.

Foi com profundo sentimento de pesar que esta triste notícia foi recebida na comunidade, sendo a consternação a face mais visível desta perda.

Os seus colegas e amigos são testemunho de um alto nível de dedicação e entusiasmo que o José Barros Rodrigues colocou nas suas tarefas profissionais e atividades ao longo do seu percurso de vida.

José Barros Rodrigues foi Secretário desta Assembleia Municipal de 1979 a 1982 e de 1982 a 1985;

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Ervededo de 1976 a 1989;

Foi um dos fundadores da Casa do Povo do Vale do Tâmega, posteriormente presidente da mesma até a sua extinção;

Foi fundador do Centro Social, Cultura e Recreativo de Ervededo, onde desenvolveu diversas atividades culturais como a implementação serviços de saúde (farmácia e médicos para a freguesia de Ervededo e Freguesias vizinhas);

José Barros Rodrigues foi colaborador durante décadas do Jornal “O Comércio do Porto”, da Rádio Difusão Portuguesa, da Rádio Renascença, do Jornal “Notícias de Chaves”, do Jornal “Alto Tâmega”, correspondente da Rádio Goa, na Índia, e colaborador e fundador da Rádio Larouco;

José Barros Rodrigues foi funcionário no ICA, no laboratório de análises da silicose nos Pisões e funcionário da Direção Geral de Finanças, tendo exercido funções em Bragança, Valpaços e Chaves;

Fez parte da direção dos bombeiros de Valpaços;

Foi também membro da direção do Grupo Desportivo de Chaves aquando da subida do clube à segunda divisão, onde permaneceu por mais dois anos.

José Barros Rodrigues foi escritor, autor dos livros “Recordar é Viver” (homenagem à família e onde são destacadas as famílias das freguesias do concelho de Chaves) e “Varanda da Panadeira, Diálogos com Ti Júlia”.

Foi fundador e chefe de redação do Jornal “Terras de Ervededo”;

Era uma pessoa simples e de fácil relacionamento.



À sua família, aos seus amigos e a todos quantos o conheceram e estimaram, a Assembleia Municipal de Chaves expressa profundas e sentidas condolências. José Barros Rodrigues descanse em Paz! Assembleia Municipal de Chaves, em 29 de junho de 2016. O Grupo Municipal do PSD”.

Foi guardado um minuto de silêncio.

Pelo Senhor deputado António José dos Santos foi lido um voto de congratulação ao Grupo Desportivo de Chaves, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, que se transcreve:

“Voto de Congratulação.

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em sessão ordinária, congratula-se com o regresso do Grupo Desportivo de Chaves, ao escalão maior do futebol profissional português, reconhecendo e enaltecendo o resultado alcançado, motivo de orgulho para os Flavienses e para todos os Transmontanos, residentes em território nacional ou espalhados pelos quatro cantos do Mundo. O Grupo Desportivo de Chaves é um emblema de uma cidade, mas acima de tudo é um emblema de uma região.

No passado o Grupo Desportivo de Chaves foi um símbolo maior desta região. Hoje e sempre queremos que seja uma referência ainda maior.

As vitórias do clube flaviense mostraram que com muito trabalho, coragem, determinação, resiliência, perseverança e dedicação se conseguem superar os obstáculos e as dificuldades e trilhar o caminho que conduz ao sucesso, ao êxito e ao reconhecimento, e constituem também um exemplo e um estímulo para os mais jovens.

Aos que de uma forma direta ou indireta contribuíram para o alcançar dos objetivos deste grande clube, a gratidão de todos, na convicção de que unidos seremos mais fortes em prol do desenvolvimento da nossa terra.

A Assembleia Municipal de Chaves associa-se, deste modo, ao sentimento de reconhecimento de uma região, por esta notoriedade no panorama desportivo e já expresso por outras entidades, nomeadamente o Município de Chaves.

Viva o Grupo Desportivo de Chaves. Assembleia Municipal de Chaves, em 29 de junho de 2016, O Grupo Municipal do PSD”.

Foi lido pelo Senhor deputado José Pimentel Sarmento, um voto de congratulação à Santa Casa da Misericórdia de Chaves, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, que se transcreve:

“Voto de Congratulação à Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

A Assembleia Municipal de Chaves reunida em sessão ordinária congratula-se com a celebração dos 500 anos de existência da Instituição Santa Casa da Misericórdia de Chaves celebrados este ano de 2016.

São 500 anos de dedicação ininterrupta à causa social.

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves, com sede social no Largo Caetano Ferreira, no centro histórico de Chaves, é uma associação de fiéis, de iniciativa privada, constituída na ordem jurídica canónica, com estatuto de IPSS – Instituição particular de Solidariedade Social, com objetivo de responder a carências sociais do concelho e de praticar atos de culto católico, desenvolvendo a sua atividade sem fins lucrativos.



A Misericórdia de Chaves, cuja constituição remonta ao ano de 1516, tem desenvolvido ininterruptamente ao longo dos quinhentos anos de existência a sua imprescindível ação social direcionada para infância, juventude e idosos, permitindo-lhe também a construção de um valioso património edificado, cultural e artístico, com inúmeras obras de arte sacra em escultura e pintura de grande valor histórico.

Mas a sua grande riqueza assenta também no importante património imaterial, cuja função espiritual e humana empenhada em prosseguir esta nobre missão, é contribuir para uma sociedade mais solidária.

Dispondo de Albergues e Asilos praticamente desde a sua origem, constituiu o único suporte da saúde da região de Chaves até à nacionalização dos hospitais, em 1975. Constituiu igualmente um importante centro de apoio a peregrinos na Rota de Santiago.

Desempenhou também um papel importante no que se refere ao apoio financeiro, pois coube igualmente à Misericórdia o papel de Instituição financeira até ao surgimento das primeiras Instituições bancárias no nosso país, em finais do século XIX.

Por força da legislação emergente nos pós “25 de Abril”, deixou a sua vertente da saúde começando então a assumir outras formas de apoio às populações.

Atualmente, a ação da Misericórdia de Chaves assenta nas seguintes áreas: 3ª Idade, Emergência Alimentar, Infância e Juventude. A Instituição possui 6 equipamentos separados geograficamente, apoia cerca de 800 utentes através das suas diversas respostas sociais: Lares de 3ª Idade, Centros de Dia, Serviços Apoio Domiciliário, Creches, Jardins Infância, Lar de Infância e Juventude, Centro de Acolhimento Temporário e Cantinas Sociais.

A Assembleia Municipal de Chaves associa-se, deste modo, às celebrações dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Chaves felicitando e enaltecendo o seu papel fundamental e contributo ímpar na sociedade civil, sempre em prol das causas sociais e humanas da nossa sociedade, felicitando ainda todos os irmãos, utentes e colaboradores desta mui nobre instituição pelo trabalho desenvolvido honrando o seu passado histórico e desejando um porvir esperançoso e repleto de êxitos. *Assembleia Municipal de Chaves, em 29 de junho de 2016. O Grupo Municipal do PSD”.*

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Em seguida o **Senhor Presidente da Mesa** deu conhecimento da entrada na Mesa de três Moções. Duas apresentadas pelo Grupo Municipal do PSD e uma terceira apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, às quais foram dadas as letras **A, B e C**, respetivamente, em função da ordem de entrada.

A *Moção A* foi lida pelo Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD, a qual se transcreve. Antes, porém, cumprimentou todos os presentes, desejou um bom trabalho em particular ao Senhor Presidente da Câmara em exercício, Carlos Castanheira Penas. Em seguida disse:

“O Grupo Municipal do PSD, na senda das posições públicas assumidas anteriormente, pelos dirigentes autárquicos deste Partido e dando voz às populações



do Distrito de Vila Real, propõe à Assembleia Municipal de Chaves que seja aprovada a seguinte Moção:

MOÇÃO A

I - EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS

A génese das SCUT foi a promoção do desenvolvimento económico e social de regiões mais fragilizadas.

Em nome deste princípio construiu-se a A/24 (autoestrada sem portagens).

O Distrito de Vila Real e, designadamente, os Municípios do Alto Tâmega apresentam índices de poder de compra, per capita, inferiores à média nacional, níveis de desemprego e falência de empresas elevados, entre outros indicadores que indicam a sua fragilidade socioeconómica.

Relembra-se que foram encerrados importantes serviços com o argumento da entrada em funcionamento de novas acessibilidades (A24). O Hospital de Chaves está desqualificado e o Tribunal perdeu competências. Os cidadãos do Alto Tâmega são obrigados a ir a Vila Real para usufruírem de cuidados de saúde e ter acesso à prática de justiça.

Sublinha-se a falta de clareza e de equidade que presidiu à aplicação de critérios para determinação e fixação das discriminações positivas a introduzir no pagamento de portagens.

A A24 é uma das principais vias do País, cuja disponibilidade para os cidadãos se reveste do maior valor funcional e simbólico. Atravessa e desencrava um território – o Alto Tâmega – sub-região charneira entre o Litoral e o Interior e, de forma mais visível, entre o Norte de Portugal, Galiza e Castela/Leão.

A população residente no Alto Tâmega e no Douro esperaram décadas por esta autoestrada.

Com o esforço de todos, o Estado investiu e prometeu que a A24 não teria custos para os utilizadores.

Os tempos mudam.

O que é facto e não se pode aceitar é que nesta via se paguem umas das portagens mais caras do País. Muito menos é compreensível que se circule na A4 entre Bragança e Vila Real sem qualquer custo, quando os habitantes do distrito de Bragança não são obrigados a ir a Vila Real, ao invés dos habitantes do Alto Tâmega que são obrigados a ir a Vila Real.

Os Cidadãos do Alto Tâmega não merecem esta inadmissível discriminação. É uma injustiça gritante.

Dando voz ao natural sentimento de indignação e revolta dos utilizadores da A24, exige-se a isenção do pagamento da portagem nesta autoestrada, no troço do Distrito de Vila Real.

Deste modo, Porto / Chaves / Fronteira (e rede de autovias galegas e Ibéricas que lhe dão seguimento imediato) teriam um custo mais acessível, mesmo assim, bem acima do estimado para a ligação Porto / Bragança (cuja distância é substancialmente maior).

A esta razão conjuntural somam razões estruturais mais sólidas e a ter em conta:

1. A disponibilidade dos Bens Públicos, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, é importante fator de competitividade. No caso da A24, no



- contexto do Alto Tâmega, este fator é determinante no acesso a mercados de origem e destino;
2. De essencial importância é o acesso à concretização de direitos fundamentais na vida humana, como são a saúde e a justiça. Atualmente, a A24 é, neste âmbito, percorrida repetidamente pelos cidadãos do Alto Tâmega;
 3. A redução dos custos de contexto contribui, de modo marcante, para o reforço das mais-valias decorrentes dos excelentes produtos da Região;
 4. Registe-se, como pertinente, que não existem nestes Territórios de Baixa Densidade, alternativas minimamente aceitáveis em termos de vias de comunicação;
 5. Acresce a necessidade de equilíbrio e solidariedade nacional para com esta região que, ao longo da História, tanto deu ao País e a quem o País não tem respondido de forma a corresponder às suas mais básicas expectativas.

Esta isenção, de inteira justiça, é fundamental para o desenvolvimento do território e determinante para o bem-estar das pessoas, sejam naturais, residentes ou visitantes que cada vez mais se deixam cativar e escolhem esta terra de inquestionável, confirmada e reconhecida excelência turística.

Realça-se que no Alto Tâmega não existem alternativas, não possuímos rede ferroviária e não possuímos rede de transportes públicos suportados pelo estado.

Salienta-se que a crescente concentração de serviços, obriga as populações a deslocarem-se cada vez mais quilómetros para terem acesso aos mais elementares serviços básicos, com particular destaque para os serviços de saúde.

A Assembleia Municipal de Chaves manifesta total desacordo com a discriminação negativa das populações do interior do país, pelo seguinte:

1. Coesão territorial. As SCUT deverão permanecer como vias sem portagens, enquanto se mantiverem as duas condições que justificaram, em nome da coesão nacional e territorial, a sua implementação:
 - i. Localizarem-se em regiões cujos indicadores de desenvolvimento socioeconómico sejam inferiores à média nacional;

Os resultados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR, baseado num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três componentes: (competitividade, coesão e qualidade ambiental), publicados recentemente pelo INE confirmam que o Alto Tâmega é o território com ISDR mais baixo (89,50), seguido do Douro (90,92).

- ii. Não existirem alternativas de oferta no sistema rodoviário e ferroviário;
2. De acordo com o artigo 81.º da constituição incumbe ao Estado, promover a coesão económica e social de todo o território nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões, eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior;



3. **Princípios da Universalidade e Igualdade.** A aplicação dos princípios deve implicar e envolver todos os portugueses, salvaguardando, contudo, os seguintes considerandos:
- i. O país não é uniformemente desenvolvido, para se poder dizer que o pagamento tem de ser universal (a acessibilidade a serviços de saúde, sendo universal, as distâncias a percorrer penalizam fortemente os residentes no interior);
 - ii. A coesão territorial não se consegue com medidas universais (se as medidas são universais, então o governo tem de passar para o domínio municipal ou intermunicipal, empresas tais como: Carris; Metropolitano de Lisboa; STCP; Metro do Porto; etc.);
 - iii. A rede rodoviária nacional não cobre uniformemente o território nacional, com claro prejuízo para o interior do país;
 - iv. A rede de comboios, não está distribuída de uma forma universal pelo país. Existem inúmeros concelhos que distam centenas de quilómetros da rede de caminho-de-ferro, o que quer dizer, que as populações residentes nesses concelhos não têm acesso a este meio de transporte;
 - v. O princípio da universalidade não se pode aplicar apenas no pagamento, também tem de ser aplicada na distribuição de benefícios;
4. O preço a cobrar por km é altamente penalizador dos utilizadores das vias hoje SCUT, dado que é significativamente mais caro. Desde 2012, o Governo acabou com os descontos e isenções, logo todas as pessoas e empresas têm sido portajadas e oneradas com mais uma taxa injusta. Quem vive no interior tem obrigatoriamente de se deslocar aos mais diversos serviços localizados no litoral, sendo, com a introdução de portagens, muito penalizados;
5. Os cidadãos residentes no interior do país de acordo com o artigo 12.º da constituição - Princípio da Universalidade - gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres que os residentes no litoral. Persistindo troços gratuitos o princípio da universalidade não é de aplicação universal. Mais uma vez, os portugueses residentes no interior são penalizados. Acaba a utilização gratuita das vias construídas em regime de SCUT, mas mantém-se a gratuitidade em alguns troços com características de autoestrada na envolvente das grandes cidades, Lisboa e Porto.

É entendimento da Assembleia Municipal de Chaves que a aplicação dos princípios da universalidade e da igualdade, deverão ter sempre um carácter universal e abstrato, isto é: deve ser sempre aplicado a todos os portugueses e não discriminar negativamente os portugueses que vivem no interior do país, como se tem verificado com o pagamento de portagens na A24.

II - CONSIDERANDOS

- Considerando o atraso de décadas na concretização do IP3/A24;



- Considerando que este Itinerário Principal não tem outro alternativo de qualidade satisfatória que possa servir dignamente as populações desta região;
- Considerando que esta via veio finalmente eliminar constrangimentos profundos ao desenvolvimento da nossa terra e distrito;
- Considerando que no País vizinho (Galiza) não existem junto à fronteira autoestradas pagas;
- Considerando que no Alto Tâmega não existem transportes públicos subsidiados pelo Orçamento Geral do Estado;
- Considerando a crescente concentração de serviços na sede do Distrito;
- Considerando as inúmeras posições públicas e publicadas assumidas anteriormente pelos dirigentes dos diferentes partidos políticos.

III - PROPOSTA

Face ao acima exposto e em nome do princípio da coesão territorial, social e nacional, a Assembleia Municipal de Chaves reunida em 29 de junho de 2016, delibera o seguinte:

1 - Solicitar aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República que intercedam junto do Governo no sentido de que este proceda à recolocação da A24 como uma via sem custos para o utilizador (total isenção do pagamento de portagens) no troço da A24 do Distrito de Vila Real, enquanto se mantiverem as duas condições que justificaram, em nome da coesão nacional e territorial, a sua implantação:

- i. Localizarem-se em regiões cujos indicadores de desenvolvimento socioeconómico sejam inferiores à média nacional;
- ii. Não existirem alternativas de oferta no sistema rodoviário.

2 - Solicitar aos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e da Comunidade Intermunicipal do Douro, a adesão, participação e apoio à presente proposta, através de deliberação favorável dos respetivos órgãos executivos e deliberativos;

3 – Enviar esta deliberação ao Exmo. Senhor Presidente da República, ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Exmo. Senhor Primeiro-ministro, ao Exmo. Senhor Ministro Adjunto, ao Exmo. Senhor Ministro das Finanças, Exmo. Senhor Ministro da Economia e ao Exmo. Senhor Ministro do Planeamento e das infraestruturas. Assembleia Municipal de Chaves em 29 de junho de 2016. O Grupo Municipal do PSD”.

A Assembleia autorizou a discussão e votação da Moção.

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS - cumprimentou os presentes e disse que, no seu entender, todos os membros desta Assembleia presentes subscrevem os considerandos e argumentos que foram apresentados na proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

“Provavelmente esta “moção” vem atrasada no tempo. Houve um esquecimento de quase quatro anos, no sentido da sua veemência. Durante muito tempo esta questão devia ter sido suscitada de forma veemente pelo Senhor Presidente da Câmara junto



do respetivo governo e a verdade é que se passaram quatro anos e meio e nada aconteceu.

É estranho que, no momento em que foi aprovada uma resolução na Assembleia da República, no sentido da redução dos valores do preço por quilómetro, apareça esta moção.

Nós sufragamos as considerações que foram feitas, os postulados que estribam a respetiva proposta e vamos votar a favor, mas quero deixar duas notas:

Esta posição aqui mantida devia ter sido sistematicamente apresentada e não ter sido esquecida durante algum tempo.

Provavelmente esta “Moção” poderia sofrer uma modificação no sentido de ser mais facilmente apreendida pelos destinatários; acredito que os destinatários ao verem quatro ou cinco páginas não a leem. Sugiro alguma capacidade de síntese desta Assembleia no sentido de que a “Moção”, com os mesmos considerandos, pugnando pelo mesmo objetivo e, eventualmente, opte por um caminho transitório; em vez de avançarmos já para a isenção, começar por exigir que a redução seja feita por etapas e logo que as condições orçamentais e de défice o permitam, passar para a redução. Sugiro ainda que seja retirada a questão relativamente a Bragança. Nós temos de fazer a nossa defesa e não contrapondo com outros territórios. Temos de fazer valer a nossa posição e não a circunstância de um Distrito que esteve até agora sem autoestrada e seja, eventualmente, usada como arma de arremesso.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – cumprimentou os presentes e disse que em sua opinião esta “Moção” é excessivamente extensa. Podia ser sintetizada com os mesmos pressupostos.

Concordo com o Senhor deputado Nuno Vaz no que se refere à situação de Bragança que entendo deve ser retirada.

O PCP apresentou uma Moção na Assembleia da República, nesta legislatura, no sentido de eliminar completamente as portagens. É ver como foi votada; tem de haver alguma coerência.

A CDU vai votar a favor da “Moção” não deixando de salientar que podia ter sido aprovada na Assembleia da República, já nesta legislatura, suponho que no mês passado, uma iniciativa para a interrupção das portagens e é ver como cada partido votou.

José Pimentel Sarmento do PSD – disse que a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e o Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Dr. Pedro Marques anunciaram que a Autoestrada Transmontana – A4 – seria objeto de descontos nas portagens, já para este verão de 2016. O Verão já começou e os descontos ainda não foram aplicados.

Em minha opinião pessoal, esta Assembleia Municipal tem feito muito pouco sobre esta questão, tirando agora esta moção. Não compreendo porque não existem movimentos de defesa na Região do Alto Tâmega, quando em Vila Real, ainda há poucos dias se fez uma marcha pugnando pelo fim das portagens, pressionando a negociação de isentar ou baixar os valores aplicados. Consta até, que vai haver uma situação especial para a A4 desde Bragança, passando por Vila Real e túnel do Marão. Relativamente à A24 pouco ou nada se sabe sobre as intenções deste governo.



Todos sabemos que a Região do Alto Tâmega é aquela que tem menor rendimento per capita e a que tem as portagens mais caras do país. Também sabemos que nenhum autarca do PSD de Chaves concordou com as portagens que nos impuseram quer o governo PS, quer o do PSD. Nunca defendemos o slogan do utilizador pagador. Estivemos sempre contra as portagens. Por essa razão não aceitamos qualquer responsabilidade e devemos ser mais ativos na defesa dos interesses da região, seja nas portagens, na saúde, na justiça, no ambiente e no turismo. Essa é que deve ser a nossa política.

O Senhor deputado Manuel Cunha disse na sua intervenção que antes de Bragança ter a A4, nós tínhamos a A24. Mas antes disso eles tiveram o IP4 durante muitos anos e nós não tínhamos nada.

Temos de estar atentos àquilo que se passe no Nordeste porque são mais ativos do que nós; os flavienses perderam o seu ADN flaviense. A minha geração não o perdeu mas as gerações seguintes perderam e por isso é que estamos aqui a aprovar moções e a bater na mesma tecla – as portagens, a saúde, a justiça.

Maria Helena da Silva Ribeiro do PS – cumprimentou os presentes e disse que é a primeira vez que intervém neste Fórum porque a intervenção do Senhor deputado Pimentel lhe sugeriu a seguinte anedota:

“Havia um Senhor que se chamava “Saramita” e um dia, numa Assembleia do Desportivo, a decorrer no Cine Teatro em Chaves, o Senhor Saramita discutia protestava, mas ninguém o ouvia. A determinada altura, da mesa, pediram que o “Saramita” chegasse ao palco e perguntaram-lhe o que estava a dizer quando estava na plateia. Ele respondeu: “agora já não digo nada porque agora já estou deste lado”.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD – usou da palavra para rebater afirmações feitas pelos Senhores deputados do PS e da CDU.

Para além dos apartes infelizes da bancada do partido Socialista, que não o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, não há ninguém nesta Assembleia, em meu entender, que possa acusar o Partido Social Democrata de falta de coerência e de esquecimento de quatro anos e meio sobre esta matéria das portagens. E disse, em meu entender, porque é facilmente comprovável que o PSD de Chaves sempre manteve a posição contra as portagens.

Em Julho de 2004, no Governo liderado pelo Senhor Dr. Durão Barroso, aprovamos nesta Assembleia Municipal uma “Moção” contra aquilo que já se falava que seria o pagamento de portagens na A24 logo que estivesse concluída. Na Assembleia de dezembro de 2011, no governo do Dr. Passos Coelho, o PSD de Chaves trouxe a esta Assembleia Municipal uma moção contra o pagamento das portagens. O governo mudou e muitas outras coisas mudaram mas não é isso que nos move sobre esta matéria e, além do mais, há quatro anos e meio não existia o túnel do Marão.

Sobre o esquecimento e imobilismo que o PSD de Chaves tem tido sobre esta matéria, quer ao nível da Assembleia Municipal, quer ao nível do Executivo Municipal, estamos conversados. O PSD é coerente e mantém a posição que sempre teve sobre as portagens na A24.

Sobre o tamanho da “Moção” em discussão, a proposta é muito concreta, com considerandos válidos e importantes. A situação de Bragança é referida na exposição dos motivos, para reforçar que também é um território do interior e de baixa densidade.



O Projeto de Resolução nº 33.13/1º apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República está de acordo com aquilo que o PSD defendeu no passado e continuamos a defender. Isenção total de portagens. Esse Projeto foi rejeitado com votos contra do PSD, do PS e do CDS/PP. O Grupo Municipal do PSD em coerência, quer em 2004, com um governo liderado pelo PSD, quer em 2011, com um governo liderado também pelo PSD, fomos e somos contra o pagamento de portagens. A inflexão no discurso não é do PSD. Alguém veio aqui dizer que seria melhor propor a redução do preço a pagar pelas portagens. Somos coerentes estando de um lado ou do outro. Não aparecemos só quando nos dá jeito.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – usou novamente da palavra para perguntar se a SCUT em 2004 já existia e deixou a dúvida.

A coerência é muito importante e eu não disse que havia falta de coerência. O que eu disse foi “falta de veemência e falta de sentido de oportunidade”.

Era importante perceber qual a posição da Senhora deputada Manuela Tender, também membro desta Assembleia, e saber qual foi a sua posição de voto. Nas SCUT e na Justiça conhecemos qual é essa posição. É muito importante conhecer quais são as nossas principais razões e quais são as nossas bandeiras.

Posta à votação a “Moção” foi aprovada por unanimidade.

A “**Moção B**” foi lida pela Senhora deputada Ana Coelho do PSD, que se transcreve: *O Grupo Municipal do PSD, na senda das posições públicas assumidas anteriormente, pelos dirigentes autárquicos deste Partido e dando voz às empresas e empresários sedeados no território, propõe à Assembleia Municipal de Chaves que seja aprovada a seguinte Moção:*

“Moção

I – EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS

Muito se tem falado de coesão territorial em Portugal na última década, particularmente, sempre que é renegociado um novo Quadro Comunitário de Apoio, como foi o caso do Portugal 2020. Lamentavelmente vivemos num país cada vez mais desigual e menos coeso, onde os valores da coesão e igualdade territoriais se ficam pelas boas intenções, mas depois não vêm para a prática em matérias tão diversas como a saúde, a justiça, a gestão da água, a educação, etc. etc. etc.

Pesem embora as injeções de milhões de euros comunitários ao longo dos últimos anos na economia nacional, a verdade é que no plano da coesão territorial, os sucessivos Quadros Comunitários de Apoio, não permitiram corrigir as intensas assimetrias de desenvolvimento que existem no país, nem no que respeita à dicotomia litoral/interior, nem mesmo dentro da própria região Norte. Os resultados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional publicados recentemente pelo INE vêm confirmar precisamente este facto. O índice global resulta do desempenho conjunto das diferentes regiões nos índices parciais de competitividade, coesão e qualidade ambiental. Em 2014, apenas quatro das 25 regiões NUTS III portuguesas superavam a média nacional: as áreas metropolitanas de Lisboa (106,83) e do Porto (102,01), o Alto Minho (101,78) e a região de Aveiro (100,74). Uma quinta região, Leiria, registava



um índice global marginalmente abaixo da média nacional 99,87). Ilustrando o que foi dito anteriormente. O Alto Tâmega é o território com índice mais baixo (89,5), seguido do Douro (90,92), e aos quais se juntam outras NUTs interiores como o Tâmega e Sousa, Dão-Lafões e as Terras de Trás-os-Montes.

No atual quadro de políticas do Portugal 2020, geraram-se grandes expectativas iniciais, tendo em conta a orientação muito vincada para o desenvolvimento e inovação empresarial. Contudo, os atuais dados de execução, tanto dos Programas Operacionais Nacionais como do Norte 2020, mostram uma alarmante assimetria na concentração dos incentivos na Região Metropolitana do Porto e NUTs limítrofes do litoral. A ilustrar este facto, alguns dados muito simples:

- Em 31/05 o Norte 2020 tinha aprovado 1678 projetos, totalizando um investimento elegível FEDER de 786 754 514,62€ (mais de 786 milhões de euros) e um fundo aprovado de 461 599 956,69€ (cerca de 500 milhões de euros);
- Destes valores, ao Alto Tâmega corresponde uma percentagem de 0,46% do Investimento FEDER e 0,49% do fundo aprovado. Por sua vez, a Área Metropolitana do Porto, apenas nos projetos exclusivos à região (sem parceria com outras NUT), arrecada 47,15% do Investimento Elegível FEDER e 46,85% do Fundo Aprovado;
- Mesmo somando os valores aprovados para as NUT III Terras de Trás-os-Montes e Douro, os valores de Investimento FEDER não ultrapassam os 4,37% e o fundo aprovado, os 4,76%.

Assim sendo, o fosso já registado em 2014, continua a ser cavado, correndo os territórios do interior o risco de no final do presente Quadro Comunitário, estarem numa situação de atraso irremediável.

II - CONSIDERANDOS

Assim, considerando:

- Que os instrumentos existentes, destinados a promover a coesão territorial, particularmente os fundos comunitários, não estão a revelar-se suficientes;
- Que a vitalidade da economia nas regiões do interior, a sua capacidade de inovação e a sua orientação exportadora, não podem ser desperdiçadas em favor de lógicas conjunturais, pouco sólidas e de polarização urbana no litoral;
- Que o modelo geográfico-administrativo na Região Norte, ao incluir a Área Metropolitana do Porto na região de convergência – NUT II NORTE, permite que esta região, já nivelada com os níveis de desenvolvimento da EU esteja a canibalizar os fundos que deveriam servir o desenvolvimento das verdadeiras regiões de convergência (com níveis de desenvolvimento muito abaixo da média europeia), contribuindo não para a coesão do território mas para uma cada vez maior desigualdade;
- Que o NORTE 2020, apesar da abertura de concursos específicos para a baixa densidade, continua a tratar por igual aquilo que é diferente (baixa



densidade/restante território), ao aplicar as mesmas regras e exigências a territórios com capacidades competitivas completamente distintas.

III – PROPOSTA

Face ao acima exposto e em nome do princípio da coesão territorial, social e nacional, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 29 de Junho de 2016, delibera o seguinte:

- Recomendar à CCDRN o aumento do número de avisos de abertura direcionados para os territórios de baixa densidade e, sobretudo, a adequação desses avisos à realidade socioeconómica desses territórios, de modo a que o atual quadro comunitário não seja completamente desperdiçado por estes territórios;
- Propor à tutela a revisão da organização administrativa da NUT II – NORTE, colocando à discussão a retirada da Área Metropolitana do Porto desta área de convergência, para efeitos de negociação do próximo quadro comunitário e sempre que estejam em causa matérias de desenvolvimento socioeconómico do território;
- Solicitar às CIM da região Norte, particularmente às do interior, a adesão, participação e apoio à presente proposta, através de deliberação favorável dos respetivos órgãos executivos e deliberativos;
- Enviar esta deliberação ao Exmo. Senhor Presidente da República, ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Exmo. Senhor Primeiro-Ministro, ao Exmo. Senhor Ministro Adjunto, ao Exmo. Senhor Ministro da Economia, à Exma. Senhora Ministra da Administração Interna, às Direções Parlamentares da Assembleia da República, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte e às Assembleias e Câmaras Municipais da Região Norte. Assembleia Municipal de Chaves em 29 de Junho de 2016. O Grupo Municipal do PSD”.

A Assembleia aceitou e entrada e discussão da “Moção”, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse que esta “Moção” devia ter sido apresentada há dois anos quando os fundos comunitários e a sua forma de organização e discussão junto da União Europeia foram discutidos.

Quem construiu este modelo de fundos comunitários foi o Partido Social Democrata. Foi um dossiê desenhado e acompanhado pelo Ministro Poiares Maduro e vir agora aqui, pretendendo que seja a CCDRN a fazer essa alteração e essa mudança, acho que revela um desconhecimento muito grande porque não é esta entidade quem define os procedimentos nem os montantes.

“Acho que hoje assistimos aqui a um mecanismo regimental interessante e que foi: para que o Senhor Presidente em exercício não fosse confrontado com algumas questões, a bancada do PSD apresentou duas moções, na tentativa de colocar assuntos que, por ventura, não tinham grande relevância”.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – disse que as assimetrias em Portugal se têm aprofundado com “autarquias geridas por quem sabemos e por governos com os partidos que nós sabemos”.



“Parece que há um PSD em Chaves que está em desacordo com o PSD nacional, para ficar bem na fotografia, não se retirando legitimidade e convicção no que diz. Mas quando se candidatam vão com a bandeira do PSD. O Vereador Neves candidatou-se sozinho e restaria saber se todos os eleitos do PSD se se candidatassem sem bandeira quantos votos tinham. A coerência não é só nós com nós próprios. Somos de um partido sim mas sempre que o partido faz coisas mal feitas, saltamos fora”.

Esta “Moção” põe a nu que as políticas da União Europeia e as políticas dos últimos governos são desastrosas no acentuar das assimetrias. O que disse o Senhor deputado Nuno Vaz é verdade. As instruções vêm mal da União Europeia, são mal negociadas e são mal implementadas mas quem está no poder, em todas estas estruturas não é o PCP, que vem denunciando isto de forma sistemática. Parece-me que há algum limite para que o PSD de Chaves possa estar sempre contra as decisões do PSD nacional. Há algum limite de alguma coerência porque essa também tem de existir.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – pediu a palavra, no direito de resposta, não para falar da moção dado que o tempo do PSD está esgotado, mas para dizer ao Senhor deputado Manuel Cunha que entende a sua posição face ao acordado com os três partidos na Assembleia da República, que parece estar a ser transportado para este Fórum. Mas para quem tanto fala em democracia é pertinente que isso aconteça. O senhor deputado Manuel Cunha, em nome do PCP, não pode vir aqui acusar os eleitos do PSD da forma como acabou de o fazer; de falta de coerência.

O PSD é um partido plural, constituído por pessoas livres na sua opinião, unido na ação, mas com diversidade de opinião. Não é como no PCP, possivelmente. Pelo PCP, nesta Assembleia, falará o Senhor deputado Manuel Cunha mas pelo PSD falarão os deputados do PSD. E quanto a coerência estamos conversados.

Posta à votação a “Moção” foi aprovada com 51 votos a favor, 14 abstenções (10 do PS, 2 do MAI e 2 da CDU) e zero votos contra.

O Senhor deputado **Nuno Vaz Ribeiro** apresentou a seguinte declaração de voto em nome do Partido Socialista: “Não deixando de reconhecer que alguns dos considerandos são justos quanto à sua natureza porque, de facto, pretenderiam construir uma unidade distinta, que de alguma forma fizesse justiça em territórios de baixa densidade, com índice de desenvolvimento muito inferior ao que é a região do grande Porto, a verdade é que esta “Moção” hoje apresentada, perde pela oportunidade.

Devia ter sido apresentada no momento em que a discussão dos fundos comunitários foi feita junto das instâncias comunitárias e o formato, a forma como foram concebidos e distribuídos e a sua alocação ia privilegiar áreas de ação e não foi. E não foi feito por um Ministro do Partido Social Democrata – Poiares Maduro - e agora estamos a tentar corrigir aquilo que não pode ser corrigido à partida.

Ainda assim entendemos que deve ser feita essa solicitação no sentido de haver uma maior sensibilidade e os avisos poderem ser construídos de forma a privilegiar os territórios de menor densidade”.



A “**MOÇÃO C**” foi lida pelo Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha da CDU, que se transcreve:

“Moção

A Escola Pública, gratuita, universal, inclusiva e de qualidade é um direito de todos os cidadãos e uma obrigação do Estado Português.

A Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolares.

No seu art.º 75º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei.

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional.

A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país.

Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do Ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80, instituiu os contratos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas.

Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o governo PSD/CDS celebrou contratos de associação, com colégios privados, que não correspondiam a carências da rede, e visavam financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública.

O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017, quando se verificar manifesta incapacidade da Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEPC.

Assim,

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 29 de junho de 2016, delibera:

1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública;
2. Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS e com a cobertura mediática de alguns



órgãos de comunicação social, com o objetivo de descredibilizar a Escola Pública e os seus profissionais.

- 3. Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, gratuita, universal, inclusiva, de qualidade e de proximidade para todos os cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do nosso Concelho. Os deputados da CDU”.**

A Assembleia autorizou a entrada e discussão da “Moção”, tendo usado da palavra: **Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que a posição do Partido Socialista é de concordar na íntegra com os considerandos que foram feitos e também com a proposta que é feita com base nos mesmos.

Por isso, sem qualquer reserva, pessoalmente, porque acredito piamente que uma escola pública forte, inclusiva, é aquela que defende de forma mais perene a igualdade e o acesso em condições de igualdade a todos os estudantes, quero aqui dizer em nome pessoal e em nome do Partido Socialista que estamos totalmente de acordo com esta proposta.

Posta à votação a “Moção” foi aprovada com 49 votos a favor, 6 abstenções e 7 votos contra.

O Senhor deputado **Luís Dias de Carvalho**, do PSD, depois de cumprimentar os presentes, apresentou a seguinte declaração de voto: “sou professor do ensino público há trinta e quatro anos e sou defensor do regime liberal. Entendo que deve haver ensino público e ensino privado. Defendo que nas zonas onde não existe oferta pública o estado deve garantir a Constituição e financiar.

As minhas filhas em determinado momento da minha vida frequentaram o ensino privado e senti que foi muito benéfico para elas. Não diabolizo o ensino privado e também não tenho a ideia marxista, leninista de que todos somos iguais; que dar a todos de forma igual é bom. A minha votação foi de abstenção pelos motivos expostos”.

Carlos Afonso de Moura Teixeira, do PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “votei contra esta “Moção” porque defendo que o direito à escolha da educação dos filhos cabe às famílias e não ao estado. Defendo a diversidade e acima de tudo sou contra os preconceitos que estão por detrás desta política recente, contra a iniciativa privada.

Em Chaves temos iniciativa privada de qualidade no pré-escolar e no primário. Infelizmente, ou não, não temos oferta privada no ensino secundário. O que está por detrás de tudo isto é o preconceito contra a iniciativa privada e uma oferta obrigatória de estado, numa escola de estado”.

José Pimentel Sarmento, do PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “sou a favor do ensino privado e do ensino público. É a primeira vez que furo a disciplina de voto mas não ficava bem com a minha consciência se de facto não houvesse liberdade de escolha. A liberdade de escolha suporta custos e entendo que as famílias que optem por colocar os filhos no ensino privado devem pagar esses custos. Eu também paguei com os meus filhos quando fiz a opção do privado.

Entendo que o ensino deve ser assegurado em todo o território do país, a todas as crianças, mas cada um deve ter a liberdade de poder fazer a sua opção”.



Márcia Cristina de Jesus Teixeira, do PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “como membro da direção do Grupo Municipal do PSD devo dizer que o Senhor deputado Pimentel não furou qualquer disciplina de voto porque houve liberdade de voto.

Eu sou defensora da escola pública mas não sou contra a escola privada. Entendo que quem quer frequentar as escolas privadas deve pagar.

Onde não existir oferta pública entendo que essa falta deve ser superada com a iniciativa privada mas sou completamente contra o duplo financiamento”.

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, José Joaquim Alves de Lima, apresentou a seguinte declaração de voto: “votei contra esta “Moção” porque não gosto que me imponham um modelo que o estado quer. Quero ter liberdade de poder escolher.

Por essa ordem de ideias também tenho de ter acesso à TAP, à Carris, ao Metro. Se os meus descontos vão para financiar a TAP que não tenho, a Carris que não tenho, para os STCP que não tenho, porque é que não posso escolher a escola que quero? Se os meus descontos servem para pagar tudo isso, que não usufruo, também tem de servir para ajudar a pagar a escola que escolher para os meus filhos. O estado tem de me ajudar como ajuda todos aqueles que usufruem da TAP, da Carris, do Metro, dos STCP, de bons Hospitais, que eu não tenho e para os quais desconto”.

Ainda neste Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra os Senhores deputados:

Nuno Vaz Ribeiro, do **PS** – disse que esta Assembleia deve concentrar as suas energias e os seus esforços naquilo que tem a ver com as suas competências e atribuições, que é fiscalizar a ação do executivo municipal.

Em função disso gostaria de saber se o Balneário das Termas de Vidago já tem licença para prestar cuidados na área de termalismo de saúde; se já está a funcionar e quantos utentes foram atendidos em cada uma das valências, até esta data? Esta era uma justa aspiração do povo de Vidago e foi cumprida. Estão de parabéns e também está de parabéns o executivo pela concretização desta obra.

Requerer-se que esse equipamento seja um instrumento de desenvolvimento local e possa criar emprego, criar atividade económica; ser uma âncora de desenvolvimento na área do turismo.

Gostaríamos de saber se o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso já tem um plano de negócios. Se esta Assembleia já pode conhecer as principais atividades que estão desenhadas para o ano em curso e para o ano subsequente, nomeadamente exposições, ações culturais. Quais as iniciativas que estão programadas e qual a previsão das receitas e das despesas? Supomos que essa contabilidade esteja feita já que a inauguração está prevista para o próximo de 4 de julho.

Relativamente ao Museu das Termas Romanas gostaria de saber se já existe alguma indicação relativamente ao seu prazo de conclusão, se estão estimados todos os custos decorrentes do erro de previsão aquando da elaboração do projeto e ainda qual será o custo de manutenção deste equipamento cultural.

Gostaria também de saber se existe um plano de intervenção na rodovia e passeios municipais. Apesar de no Plano Plurianual de Investimento estarem identificadas algumas ações e alguns projetos que podem ser executados, a verdade é que há



rúbricas que pela sua elasticidade, podem executar estas obras de arruamentos que são essenciais.

Temos arruamentos muito degradados e para um concelho e uma cidade que se quer assumir como referencial de excelência no turismo, a nível nacional, não pode mostrar a quem nos visita a forma como tem os arruamentos, os passeios e alguns espaços públicos.

Por mais promoção e investimento que se faça na divulgação, na sensibilização de público-alvo, se depois tivermos para mostrar este cartaz, certamente que as pessoas não ficam agradadas e o investimento será desaproveitado. Perguntamos quando estão previstas essas execuções?

A terminar pergunto como é possível que num determinado momento a Câmara Municipal de Montalegre e a Câmara Municipal de Chaves tenham assinado um protocolo de candidatura de uma ponte ao INTERREG, que foi financiada com fundos comunitários e com participações nacionais, quer do município de Montalegre, quer do município de Chaves, não venha a ser utilizada? Para esta infraestrutura ser utilizada, era pressuposto que quem assinou o protocolo iria fazer as necessárias ligações, nomeadamente o acesso à sede do concelho de Montalegre e ao de Chaves.

Percebemos agora que, por dificuldades e constrangimentos financeiros por parte do Município de Chaves, o investimento que estaria previsto fazer, desde a ponte até à sede do concelho de Chaves, a Câmara Municipal não tem condições para o fazer. É um investimento volumoso, na ordem dos três milhões e meio de euros, mas é inaceitável que a autarquia de Chaves não tenha trezentos ou quatrocentos mil euros para fazer a ligação entre a ponte da Assureira e o cemitério de Soutelinho da Raia que são quatro quilómetros.

Faço aqui um apelo ao executivo municipal para que repondere esta questão e equacione a possibilidade de investir no acesso (quatro quilómetros), de forma a viabilizar a utilização da ponte. A estrada que liga Chaves a Montalegre é muito mais importante para Chaves do que para Montalegre.

Manuel Guerra Afonso do MAI – cumprimentou os presentes e desejou as melhoras do Senhor Presidente da Câmara.

Na última sessão da Assembleia Municipal, dado o adiantado da hora não coloquei a questão mas entendo que hoje é pertinente falar na reversão do caudal do Rio Tâmega. Falamos muito em assimetrias, em desenvolvimento, fazemos comparações com a Galiza e o Senhor Presidente da Câmara disse que não percebeu a minha ideia para a reversão do caudal do Tâmega. Disse que não percebeu, mas disse que não tem viabilidade. Certamente seria melhor ter-me dito para vir aqui explicar a minha ideia. Respeito a opinião do Senhor Presidente da Câmara mas continuo a achar que era pertinente, sobretudo pela questão turística e não seria tão complicado quanto isso.

Ouvi a opinião do Senhor Presidente da Associação Portuguesa do Ambiente que acha que é extremamente fácil. Passaria por adquirir um espaço adequado em Vilarinho, Mila Meã ou Vilarelho, onde seria construído um reservatório/barragem. Na hora de vazio a água seria bombada para esse reservatório que depois vazaria no Tâmega.

Há obras que tem de ser e outras não. Estou a referir-me àquilo que conheço.



Nas vésperas das últimas eleições autárquicas foi feita uma obra na antiga escola primária de Soutelo que seria para um Centro de Dia ou um Lar de Idosos, mas a verdade é que nunca lá funcionou nada. Gastou-se dinheiro para nada e apesar disso a Câmara continua com múltiplos problemas.

Neste momento estão a decorrer obras de pavimentação em Soutelo. Estamos a elaborar um PDM e não sei para quê. Em Soutelo temos um bairro clandestino que tem água da rede pública, saneamento e neste momento vão proceder à pavimentação. Eu até acho muito bem que tenha todas estas infraestruturas mas na rua Outeiro Machado em Valdanta, onde eu resido, existem várias casas construídas com licença há catorze anos que ainda não tem água da rede e algumas também não tem saneamento básico; só tem água da rede a minha casa e outra. É estranho que para aqueles que construíram com licença não haja água da rede e um bairro clandestino “tem tudo de primeira”. Não entendo.

Uma das pessoas que está a construir no Bairro Outeiro Machado disse-me que teve de dizer que iria fazer um poço, senão a Câmara não lhe passava a licença da obra. Estamos a falar de zonas que o PDM contempla como espaços edificáveis.

O Senhor Presidente da Câmara, no início do seu mandato, numa conversa informal, disse que não contassem com ele para infraestruturas fora do PDM mas depressa o esqueceu e o Bairro do Vale do Pala em Soutelo é um bom exemplo.

A toponímia foi feita em cima do joelho. Não se ouviram as pessoas residentes e agora temos problemas com os nomes de certas ruas que, nalguns casos, têm dois, e três nomes. Era bom que os resolvessem, de acordo com a vontade dos moradores.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício, depois de cumprimentar os presentes, respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados neste período antes da ordem do dia.

As circunstâncias fazem com que seja eu que hoje esteja nesta Assembleia, infelizmente pelos motivos que já foram apresentados pelo Senhor Presidente da Mesa. Aproveito para informar que o Senhor Presidente da Câmara está em franca recuperação mas continua hospitalizado.

Responderei dentro daquilo que é o meu conhecimento e tudo farei para satisfazer as vossas perspetivas. As circunstâncias regimentais levam também que só agora esteja a intervir.

Agradeço ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro a objetividade com que me colocou as questões e procurarei responder, com a mesma objetividade.

Relativamente às Termas de Vidago o Balneário foi aberto ao público e encontra-se devidamente licenciado. Durante esta semana de funcionamento teve cerca de 30 utentes. Tem oito trabalhadores em regime de contrato por quatro meses.

Em relação ao Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, certamente já receberam os convites para sua inauguração oficial no próximo dia 4 de julho, às 20.30 horas, com a presença do Senhor Presidente da República, cerimónia para a qual estão todos convidados. Esse horário foi escolhido em função da agenda do PR. A abertura efetiva ao público acontecerá no dia 8 de julho, assim como o open day, para que todas as pessoas possam visitar o espaço de forma gratuita.



Na última reunião de Câmara foi aprovado o horário de funcionamento do espaço, bem como o seu preçário. É lógico que temos consciência do custo social que isto representa para o Município

Em termos daquilo que é o programa, para além da exposição permanente que vai ser inaugurada no dia 4, sobre a responsabilidade do curador, teremos também outras obras. Temos praticamente acordado um protocolo com a Fundação de Serralves que trará exposições temporárias, que irão ocupar o espaço, com cartaz de referência, obviamente. Estão a ser feitos todos os procedimentos legais para esse efeito.

Em relação ao Museu das Termas Romanas o Senhor Presidente da Câmara tem vindo a informar sobre o ponto da situação. A obra física está concluída mas, pelas razões que todos conhecem, está a ser feito o respetivo estudo mecânico para resolver a situação da concentração de vapor.

Não estou em condições de dizer o valor dos custos que essa obra vai representar para o Município. É um assunto que será apresentado na reunião do executivo e posteriormente será também informada esta Assembleia Municipal.

Sobre a intervenção nos arruamentos, na proposta na revisão dos documentos previsionais que consta da agenda de trabalhos, há um ajustamento efetivo que tem a ver com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e a alocação das verbas no âmbito da mobilidade. Temos consciência e isso já foi debatido nesta Assembleia, do estado das nossas vias. O Senhor Presidente da Câmara já o confirmou aqui, mas também é verdade que neste momento já existe um plano de intervenção, que está calendarizado com as respetivas prioridades.

Sobre a estada que liga Chaves a Montalegre, está calendarizada uma intervenção. Como sabem o Quadro Comunitário não contempla este tipo de investimentos pelo que vai ser feito com fundos próprios da Autarquia, de forma faseada, porque é uma obra muito dispendiosa.

Sobre a questão da reversão do caudal do Rio Tâmega que o Senhor deputado Manuel Guerra Afonso colocou, não tenho conhecimento técnico nem científico que me permita dizer se é ou não viável. É uma proposta que tem de ser estudada.

A gestão autárquica é feita com opções e são essas opções de investimento, que depois são sufragadas. É legítimo termos as nossas opções e optar por esta ou por aquela obra, em função da disponibilidade económica. Também é legítimo dizer-se que podia ter sido feita outra obra em vez da que fizemos, mas a análise tem sempre a ver com um conjunto de fatores e opções.

No que diz respeito ao PDM também hoje vem aqui uma proposta relacionada com o estabelecimento de medidas preventivas da área urbana, por força da revisão do respetivo plano.

O nosso é um Plano de segunda geração, que já tem uma longevidade muito grande e torna-se necessária fazer adequações para fazer face às necessidades de hoje. Um dos grandes problemas ao longo de todo este tempo e no âmbito do licenciamento, tem a ver com as obras feitas, obras clandestinas e outro tipo de licenciamento.

Gostaria de dizer que nas zonas não construídas que estão dentro do PDM, se não estiverem devidamente infraestruturadas, a Câmara pode indeferir os pedidos de construção; embora estejam em zona de construção permitida, se não tiverem as infraestruturas, o Regulamento Municipal permite o seu indeferimento. É lógico que o



proprietário/interessado vem dizer que se substitui e provavelmente foi isso que aconteceu com o caso que o Senhor deputado Manuel Guerra referiu relativamente a fazer o poço. A inexistência de infraestruturas, pese embora estar dentro da área de construção, não significa que o direito à construção esteja garantido.

No âmbito desta nova revisão do PDM, existe a possibilidade da regularização das obras executadas sem a necessária licença, ou que por algum motivo não há condições para as licenciar, neste momento. Vai existir e espero que isso nos seja concedido, já que é um dos nossos objetivos, uma forma de permitir que essas obras clandestinas se possam candidatar à sua legalização.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – usou novamente da palavra agradecendo as respostas muito concretas que foram apresentadas e da forma como foram apresentadas, para dizer que o Senhor Presidente se esqueceu de duas questões que colocou na sua intervenção e que voltou a referir.

Se existe um plano de negócios quer para o Balneário de Vidago quer para o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso. Em caso afirmativo peço que me seja disponibilizado através da Mesa.

Relativamente à estrada de Soutelinho da Raia, gostaria de saber se a intervenção vai ser feita pela via existente, resultando na repavimente da estrada ou se é o tal apelo que eu fiz, sobre a ligação da Ponte da Açoreira ao cemitério de Soutelinho. É que são coisas distintas, apesar de ambas serem úteis.

A ligação da Ponte ao Cemitério é importante porque viabiliza uma infraestrutura que lá existe e é um sinal para as populações no sentido de dizer que foi um investimento público que tem utilidade.

Manuel Guerra Afonso do MAI – pediu novamente a palavra para se referir ao Bairro Outeiro Machado em Valdanta.

“Como é possível que para espaços licenciados há quinze anos (estou a falar da Rua Outeiro Machado em Valdanta), as pessoas que lá residem, que pagaram tudo o que tinham a pagar, que está dentro do PDM não tenha água da rede pública? Em contrapartida, um bairro clandestino, onde as pessoas não pagaram o licenciamento, não pagam IMI, tem água da rede, tem saneamento e vão ter arruamentos a partir de amanhã. É isso que eu não compreendo. Se queremos atrair população não podemos colocar uma faixa a dizer venha construir em Valdanta mas traga a água consigo”.

Presidente da junta de Freguesia de Soutelo e Seara Velha, João Rua Banha – cumprimentou os presentes e disse:

Pedi o uso da palavra para informar o Senhor deputado Manuel Guerra que o saneamento do Bairro do Vale da Pala, em Soutelo, foi feito e pago pela Junta de Freguesia de Soutelo e Seara Velha e não pela Câmara Municipal.

O tapete vai ser colocado amanhã e é pago pela Junta de Freguesia com a verba do FFF. Em minha opinião é um dinheiro bem empregue porque há lá treze famílias a viver que para nós, Junta de Freguesia, tem os mesmos direitos que os demais moradores da freguesia.

Concordo com o Senhor deputado sobre o ramal que referiu, que também está no limite de Soutelo, assim como concordo que o saneamento seja feito na estrada de seguimento de Valdanta. Não concordo com o que disse relativamente ao Bairro do



Vale da Pala, porque, como atrás referi, os seus habitantes tem os mesmos direitos que os restantes habitantes de Soutelo.

Acrescento ainda que, provavelmente, a partir do final da próxima semana não haverá nenhuma rua em Soutelo que não esteja pavimentada e sinto muito orgulho por isso.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Relativamente ao plano de negócios sobre o Balneário das Termas de Vidago, referido pelo Senhor deputado Nuno Ribeiro, aquilo que eu posso dizer é que o mesmo está a ser elaborado pela Empresa Municipal, que é quem faz a gestão do empreendimento. Depois de aprovado na Empresa Municipal terá de ser presente na reunião de Câmara e posteriormente será trazido à Assembleia Municipal para conhecimento.

O Plano de negócios relativo ao Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso é diferente mas também virá à Assembleia Municipal, depois de aprovado em reunião de Câmara.

Sobre a estrada de Soutelinho da Raia a Autarquia tem um plano de intervenção para a via existente e é a sua repavimentação e correção de algumas curvas que está devidamente calendarizada. Quanto à ligação que referiu está a ser estudada essa possibilidade porque não faz sentido a existência de uma estrutura daquelas e não ser utilizada.

A intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo e Seara Velha foi esclarecedora sobre aquilo que foi o investimento da Junta de Freguesia.

A situação de inexistência de algumas infraestruturas referidas pelo Senhor deputado Manuel Guerra tem de ser corrigida. Qualquer cidadão, esteja onde estiver, tem direito às infraestruturas básicas e todos temos conhecimento, nomeadamente os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes, das grandes dificuldades que ainda hoje existem, essencialmente ao nível do saneamento.

No âmbito das intervenções que estão previstas no Plano Estratégico, há uma boa perspetiva para suprir muitas dessas situações, com as quais nos preocupamos todos os dias.

Agradeço as preocupações que os Senhores deputados trouxeram aqui, porque fazem, também, com que o nosso trabalho seja proveitoso.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A ata número dois, referente à sessão ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O Senhor deputado Manuel Guerra disse que as atas têm de refletir aquilo que se passa nas assembleias e não lhe parece isso.

“Fiquei com a ideia de que o Senhor Presidente da Câmara pode dizer aquilo que quiser, evidentemente, mas depois tem de assumir aquilo que disse. Não podemos depois alterar o que achamos que não fica bem. Parece-me haver alguma diferença entre o que é dito e aquilo que aparece na ata e estou a referir-me à minha intervenção. Quando referi o gado bovino e caprino, não está lá o recado que me deu ao dizer que aquelas pessoas que foram para o meio rural e que não se sentem lá bem as aconselhava a regressar à cidade.



Ainda na minha intervenção sobre este assunto eu disse que havia pessoas com falta de defesas, por questões de saúde e o que aparece na ata é que há pessoas com brucelose. Eu não disse isso. Eu disse que havia pessoas com poucas defesas, que estão com graves problemas de saúde, infelizmente, e por essa razão são mais propensas a apanhar a brucelose. Não tem brucelose, graças a Deus”.

Posta à votação foi aprovada com 52 votos a favor e duas abstenções por ausência na última sessão.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

O Senhor Presidente da Câmara em exercício referiu que não foi entregue a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara mas que foi distribuída uma pequena informação onde se diz que, por motivos incontornáveis, o Senhor Presidente da Câmara não conseguiu elaborar o respetivo documento, nomeadamente no âmbito da agenda.

Foi entregue a informação sobre a situação financeira do Município, acompanhada do mapa das ações em Tribunal e do mapa das obras em curso.

Certamente que logo que lhe seja possível, o Senhor Presidente da Câmara irá elencar todas as atividades por ele desenvolvidas e apresenta-las a esta Assembleia Municipal.

Intervenções:

José Pimentel Sarmento do **PSD** – perguntou se a Câmara Municipal propôs ou aprovou alguma iniciativa de agradecimento ao Senhor Comandante do Regimento de Infantaria nº 19, o nosso conterrâneo Armando Ramos pelos serviços prestados à comunidade.

Trabalhei com ele na preparação dos festejos da Senhora das Brotas e estou-lhe muito grato por tudo o que ele fez.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse que ouviu atentamente a explicação que foi dada relativamente à inexistência da informação.

Entendo, no entanto, que essa informação poderia ter sido feita pelo Gabinete de Apoio que é quem organiza a agenda do Senhor Presidente da Câmara. Foi uma opção que foi tomada. Entendemos essa opção e certamente que essa informação nos será transmitida no momento mais oportuno.

Gostaria de reiterar um pedido que tem sido sucessivamente feito e que tarda a ser considerado. Vou fazê-lo agora através da Mesa.

Na informação que nos é facultada relativamente à relação do contencioso do município pedimos que sejam considerados dois aspetos que são essenciais para que a leitura seja mais perceptível e que são:

1. Que se coloque o valor em todas as ações, sobretudo naquelas em que o valor da ação não tem a ver com a sua natureza, mas tem a ver com o pedido que é formulado. Se repararem existe um conjunto de ações que não tem qualquer identificação do valor. Nalgumas percebe-se porque tem a ver com impugnação de atos administrativos de outra natureza e aí, apesar de judicialmente ter de ter um valor, não é relevante para percebermos os riscos contingenciais.
2. No mapa há um campo para autores e réus. Gostaríamos de perceber as situações em que o município é o autor e nas que é o demandado. Isto porque há aqui informação que pode gerar alguma confusão dado que estão identificadas ações



que sabemos, por informação do Senhor Presidente da Câmara, que é o município o autor e está a demandar uma terceira entidade, pedindo-lhe um valor que nós não sabemos.

É o rigor da informação que esta Assembleia merece e não me parece que seja difícil de resolver. Por ventura estamos nós próprios a confundir informação porque achamos que o município é reu, quando na verdade é autor.

Gostava que a Mesa tomasse nota deste pedido e fizesse diligências junto do Senhor Presidente da Câmara para que seja feito o aperfeiçoamento deste documento.

O **Senhor Presidente da Câmara** em exercício respondeu ao Senhor deputado Pimentel Sarmento dizendo considerar pertinente a questão que colocou.

Disse que o juramento de bandeira realizado dia 9 de junho passado teve lugar na Praça de Camões, a pedido do RI 19. Na manhã desse dia houve uma reunião de Câmara, e foi aí apresentado um voto de reconhecimento e de louvor ao Senhor Comandante do Regimento.

Relativamente ao pedido formulado pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, certamente que faremos tudo o que pudermos fazer para melhorar a informação.

PONTO 2 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - 1º TRIMESTRE DE 2016. INFORMAÇÃO Nº 16/DGF/2016 – para conhecimento;

Não houve intervenções:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 3 – LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº 11/SC/2016. Para conhecimento;

Não houve intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 4 – APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – 2015. INFORMAÇÃO Nº 18/DGF/2016;

Intervenções.

Fátima Liliana Fontes Correia do **PS** – cumprimentou os presentes e disse que a consolidação de contas é uma obrigação legal dos municípios regulada pela Lei nº 73/2013.

A nossa posição relativamente a este ponto não trata de julgar o resultado da consolidação de contas, uma vez que é feita através de regras e de aritmética, que nos parece concordante com a prestação de contas apresentada anteriormente.

Não podemos deixar de lamentar que os documentos enviados aos membros desta Assembleia não se façam acompanhar de respetiva certificação legal de contas, emitida pelo Revisor Oficial. Já não é a primeira vez que isto acontece e também não é a primeira vez que chamamos a atenção para o facto e gostávamos que a situação fosse suprida.



A nossa posição relativamente a este ponto tem por base o facto de estes resultados serem os mesmos que discutimos na assembleia anterior, onde mostramos o nosso desacordo.

Se anteriormente votámos negativamente as contas de 2015, desagregadas, não seria agora só por estarem consolidadas que iríamos alterar o nosso sentido de voto, uma vez que as razões que estão subjacentes à nossa posição continuam a existir e continuam a ser as mesmas.

O PS votou contra a Prestação de Contas de 2015 por estas traduzirem um grotesco aumento de impostos locais, principalmente o IMI, e um aumento de receitas da prestação de serviços básicos, com o aumento do preço da água, saneamento e tratamento de resíduos sólidos, implicando um maior esforço por parte dos cidadãos flavienses que viram agravadas as suas condições económicas e financeiras, em prol de um serviço de dívida que consome anualmente, em juros e outros encargos, cerca de dois milhões e oitocentos mil euros.

O PS votou contra a Prestação de Contas de 2015, por estas não traduzirem a realidade da situação económica e financeira do município, pois não contemplavam o passivo decorrente do processo de internalização do MARC, que se estima seja superior a três milhões de euros. Também não refletiam os riscos contingências relacionados com o contencioso judicial, do qual pode, no limite, resultar para o Município de Chaves significativas responsabilidades financeiras, nomeadamente os riscos relativos aos vários processos de expropriação do POLIS, da Fundação Nadir Afonso, e dos créditos reclamados pelas Águas do Norte, cujo valor global poderá atingir mais de quinze milhões de euros.

O PS votou contra a Prestação de Contas de 2015 porque não incitaram o desenvolvimento regional, nem a melhoria de condições de vida dos flavienses.

Pelas mesmas razões o PS votará contra a Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2015.

Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD - cumprimentou os presentes e disse:

Após a Prestação de Contas relativas ao ano de 2015 na última Assembleia Municipal, o Município de Chaves, traz a esta Assembleia para apreciação, os documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativas ao ano de 2015, que mais não fazem do que retratar as contas do Grupo Público, constituído pelo Município de Chaves, que é a entidade mãe, e pela empresa de Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, S.A. (GEMC, SA), detida a 100% pelo município.

A aprovação das contas do Município na sessão da Assembleia Municipal anterior, das quais constava já o relatório de gestão da Empresa de Gestão de Equipamentos, justificam que façamos apenas alguns breves apontamentos aos documentos ora apresentados:

1. Os critérios de valorimetria aplicados na mensuração de inventários diferem do POCAL para o SNC, conforme decorre da lei, situação que só será revertida com entrada em vigor no novo sistema de normalização contabilística;
2. Regista-se um pagamento do Município à GEMC de 170.000€, correspondente à última tranche transferida pelo Município, enquanto único sócio da empresa, para cobertura dos prejuízos resultantes do deficit de exploração gerado em 2014 pelo encerramento do Balneário Termal, para remodelação;



3. O número médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício foi de 64, número que nos parece ajustado, considerando ser esta uma atividade de mão-de-obra intensiva, e atendendo a uma política de flexibilidade na contratação de recursos humanos, que permite que o quadro da empresa esteja sempre o mais ajustado possível aos volumes de trabalho nos diferentes períodos;

4. A GEMC não apresenta qualquer endividamento de longo prazo, que venha acrescer ao endividamento já constante das contas do município aprovadas em Abril. Face ao exposto, entende o Grupo Municipal do PSD, votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Município.

O **Senhor Presidente da Câmara** em exercício respondeu às questões colocadas.

Estamos a tratar da Prestação de Contas Consolidadas, que decorre da obrigatoriedade de Lei. Os municípios têm de apresentar as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O documento de certificação legal de contas, emitido pelo Revisor Oficial devia, efetivamente acompanhar a proposta e essa falta deve ser suprida até porque as considerações, nestas circunstâncias, e o documento do ROC têm a ver com aquilo que vou referir e que são os critérios de valorimetria. Nós sabemos que as regras não são as mesmas; estamos a fazer a apresentação das contas consolidadas da Autarquia, de acordo com as regras do Pocal e com as do SNC. A partir de janeiro de 2017, segundo informação oficial, haverá uniformização de critérios e as regras para os organismos da administração local, passarão a ser aplicadas no âmbito do SNC.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 47 votos a favor, 1 abstenção e 14 votos contra.

O **senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** solicitou à Mesa que a votação no sentido do voto contra seja identificada, membro da Assembleia a membro da Assembleia e que isso fique em ata.

O **Senhor Presidente da Mesa** disse que votaram contra: *da bancada do PS* – Nuno Vaz Ribeiro, Nuno Artur Esteves Rodrigues, Anselmo José Martins, Nuno André M. Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, António Jorge S. Pinto de Barros, Maria Adalgisa Portugal F. S. Babo, José Manuel Sarmiento Morais Caldas, Maria Helena Barreira Silva Ribeiro, Tiago José Mata Morais Caldas, Maria da Conceição Alves Martins e Luis Areias Fontes; *da bancada da CDU* - Manuel Justino Matos Cunha e Raul Miguel Matos Cunha.

Absteve-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Curalha, Domingos de Moura Alves.

Estavam presentes na sala 62 deputados.

PONTO 5 – PRIMEIRA REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 20/DGF/2016;

Intervenções:

Maria de Fátima Fontes Correia do **PS** – disse que relativamente a este ponto é necessário referir em primeiro lugar, os documentos previsionais para 2015, mostrando que os mesmos continham lacunas aquando da sua elaboração, tanto no lado da receita, como no lado da despesa.

Do valor da incorporação do saldo do exercício anterior na respetiva receita, cerca de 60% ou seja trezentos e setenta e cinco mil euros, é destinado ao pagamento de



juros da dívida pública, nomeadamente juros inerentes ao processo de internalização do MARC e apenas cerca 40% para outros trabalhos especializados, neste caso relativos a saneamento.

Apesar das alterações inscritas neste orçamento para o ano de 2016, este continua a ser um orçamento incapaz e insuficiente para apoiar o emprego, para apoiar a criação e fomento de empresas, para fixar jovens no concelho e para apoiar as famílias em risco. Estrangulado pelo pagamento de mais de dois milhões e meio de euros de juros à banca, é um orçamento que não fomenta a dinamização da economia local e não estimula o crescimento. É um orçamento que continua a exigir muito esforço dos flavienses e que ainda assim não resolve, por exemplo, o estado de urgência de reparação viária que o Concelho necessita.

Por continuar a ser um orçamento que não responde às necessidades das famílias e das empresas flavienses, continuaremos a votar contra.

Ana Maria Rodrigues Coelho do **PS** – disse que dando uso à figura legal da Revisão dos Documentos Previsionais, a qual assenta na necessidade de acautelar situações de incerteza e desconhecimento face ao futuro o Município traz a esta Assembleia, para apreciação, uma proposta de revisão dos documentos previsionais para o ano de 2016, que se traduz, basicamente, na incorporação do saldo de gerência do exercício anterior.

As alterações propostas no presente documento são as seguintes:

1. Considerando a receção, após o encerramento do exercício económico anterior, de transferências respeitantes à devolução de verbas decorrentes de pagamentos efetuados pelo Município, procede-se à regularização contabilística em conformidade nos termos do POCAL, pela via da “Reposições não Abatidas aos Pagamentos”- 32.877,88€;
2. Enquanto prática de boa gestão orçamental, procede-se à incorporação do saldo orçamental, da gerência anterior, no valor de 626.691,27€;
3. Face à verba incorporada através do saldo de gerência, que permitiu um acréscimo correspondente ao Orçamento da Receita, é feito um ajustamento no orçamento da despesa, através do reforço da rubrica “Outros Trabalhos Especializados” (respeitante a obras de saneamento) e da rubrica Juros da Dívida Pública, na qual foram considerados os custos financeiros subjacentes à internalização do MARC.
4. O reforço proposto no Orçamento da Despesa de Capital diz respeito ao capital devido por empréstimos bancários do MARC, cuja internalização no Município de Chaves, para que possa ser aprovada pelo Tribunal de Contas, exige que sejam cabimentadas estas verbas, bem como os juros referidos no ponto anterior. Este reforço não representa, no entanto, um acréscimo ao orçamento da despesa, considerando que a reformulação proposta ao PPI, por motivos de recalendarização de investimento, permite a libertação de verbas para este efeito.
5. Por fim, é proposta uma alteração à designação, calendarização e orçamentos anuais dos investimentos constantes do PPI, fruto das candidaturas apresentadas pelo Município ao Portugal 2020 e ao Norte 2020 que, não estando a cumprir com a calendarização prevista, nem no que respeita à abertura de concursos, nem no que respeita à sua aprovação, impedem um planeamento e orçamentação rigorosos, e obrigam as entidades a processos de revisão, como o agora apresentado.



Entendemos, portanto, que a revisão agora apresentada é consentânea com uma adequada gestão municipal, não indiciando de qualquer modo, falta de rigor no planeamento ou elaboração dos documentos previsionais. Só um desconhecimento pleno do funcionamento do Portugal 2020 poderá levar a pensar que as propostas ao PPI e ao orçamento agora apresentadas são fruto de desleixo ou falta de competência do município. Pelo contrário, são sinal de rigor e interesse em manter a gestão financeira do município, como retrato fiel da realidade que vive em matéria de investimento e tesouraria ao longo do ano.

Face ao exposto, entende o Grupo Municipal do PSD, votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Município.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a revisão aos documentos previsionais acontece todos os anos no mês de junho, dado que só poder ser feita depois da aprovação da Prestação de Contas e só a partir daí é que se pode usar o saldo de gerência apurado no exercício anterior.

Esta revisão surpreende-nos negativamente, não pela questão da dotação de alguns projetos candidatados a fundos comunitários, até porque é uma prática usada e deve ser assim. O que nos surpreende é que o valor substancial, relativo aos juros do MARC, só agora venha a ser incluído no orçamento, quando nos foi dito, até hoje, que a internalização do MARC estava prevista desde 2013/2014/2015/2016. Há aqui alguma coisa que não bate certo.

Se o município tinha um processo maduro, sério, consistente, e se previa que o MARC seria internalizado nos anos antes indicados, era suposto que as verbas necessárias para satisfazer o serviço de dívida, quer de juros, quer de amortizações, já constassem nesse orçamento. E das duas uma: ou nos mentiram quando o orçamento foi votado, ou nos mentiram no momento em que disseram que ia ser internalizado no momento que foi.

Esta revisão denota uma correção que já devia ter sido feita antes. Poderemos concluir que nunca houve interesse genuíno de fazer o processo de internalização do MARC, por duas razões: primeiro porque não se acautelaram as dotações para pagar as amortizações e os juros, por parte do município, e segundo porque não internalizando o MARC a dívida não conta para a capacidade de endividamento. Como agora vem aqui dois pedidos de empréstimo, provavelmente não interessava internalizar antes o MARC porque senão não tinham capacidade de endividamento.

Ou houve um erro no momento de planeamento da orçamentação de 2015 para 2016, não acautelando os juros previsíveis do processo de internalização que estava a decorrer e que era suposto já ter acontecido, ou estava a acontecer, ou então isso foi feito de propósito e tudo o que nos foi dito relativamente à internalização do MARC não era para levar a sério. Era apenas para adiar até ao momento de ser feita a revisão.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados, dizendo que os argumentos agora utilizados já o tinham sido também aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2016.

Esta revisão tem como motivo essencial o ajustamento da reformulação dos projetos e ações que tínhamos nos documentos previsionais aprovados para 2016, tendo em conta as candidaturas no âmbito do Portugal 2020, em que houve necessidade deste reajustamento. Este é, efetivamente, o principal motivo desta reformulação.



Também é verdade que foi feita aqui a alocação do valor dos juros correspondentes à internalização do MARC.

O que eu penso é que a questão não deve ser colocada nos termos em que foi feita; se era mentira antes ou depois. Segundo informação técnica, o valor em causa, por questões processuais, não podia ser colocado antes e, neste momento em concreto, ainda carece de visto do Tribunal de Contas. Neste momento tem condições para ser alocada no documento previsionial e é por essa razão que aqui está.

Não está aqui nada escondido, absolutamente nada. A dívida consta nestes documentos previsionais. Mas a verdade é que o motivo essencial para esta revisão tem a ver com o ajustamento da reformulação dos projetos e ações, candidatados no âmbito do Portugal 2020.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que o Senhor Vice Presidente da Câmara deixou as questões centrais por responder.

Tinha coerência que em 2015/2016 se fizesse a previsão de todos os encargos com a internalização do MARC porque nessa altura o processo já estava em curso. A decisão de liquidação foi aprovada em 2012. Havia a expectativa que fosse internalizado em 2016 e a ser assim, seria necessário acomodar os encargos para doze meses. Aliás eu não sei se o valor que aqui está é para seis ou para doze meses. É outra questão que deixo.

Quanto àquilo que o Senhor Presidente em exercício focou, nós reconhecemos a necessidade de dotar os projetos de fundos comunitários e concordamos que é agora o momento. Já não percebemos como é que não se fez antes a previsão do MARC se já era expectável que tivesse de ser internalizado, anteriormente.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu que a internalização do MARC é um assunto que tem vindo a ser debatido nesta assembleia e já tem uma longa história.

A informação que eu tenho é que este valor não foi alocado por razões processuais, nomeadamente de feitura de escritura em notário. Essas razões já não existem e daí a alocação dos valores, neste momento.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 54 votos a favor 1 abstenções (do MAI) e 14 votos contra (12 do PS) e 2 (da CDU).

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro pediu que fossem reproduzidas as considerações e a declaração de voto que foi apresentada pelo Partido Socialista aquando da votação dos documentos previsionais para 2016, com uma consideração adicional e que tem a ver com a circunstância de “entendermos, reforçando a ideia vertida na declaração de voto então apresentada, que grande parte do valor relativo ao saldo de gerência é mais uma vez afetada a juros de empréstimos bancários. É mais um exemplo de má gestão e da impossibilidade de utilizar recursos essenciais para fazer obras imprescindíveis e urgentes. Hoje estamos a suportar juros que de outra forma não seriam suportados.

Declaração de voto apresentada aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2016: “Os documentos previsionais para o ano de 2016, Orçamento e Grandes Opções do Plano estão marcados por dois pecados originais. O primeiro resultante do enorme passivo que obriga a gastar mais dois milhões e meio de euros de juros e o segundo com a previsão de cinco milhões de euros a



título de taxas de ocupação do domínio público que muito dificilmente serão arrecadas.

Os instrumentos previsionais que nos foram apresentados não são adequados para estimular a economia local e fomentar o emprego.

Este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano não dão resposta às necessidades prementes da população, seja a nível de infraestruturas viárias, estradas e arruamentos municipais, das infraestruturas de água, de saneamento e dos resíduos ou no domínio dos desportos (não se prevê o início da construção das piscinas municipais).

Este Orçamento concretiza a agressão fiscal de grande escala ao nível do IMI e do IUC, mas também nos preços da água, do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos.

As Grandes Opções do Plano não enunciam as linhas estratégicas e os investimentos que este concelho e os flavienses precisam para combater a falta de emprego, o abandono dos jovens e o aumento da população.

Não podemos concordar com o desperdício que é pagar dois milhões e meio de euros em juros à banca e juros comerciais.

Este Orçamento não responde às necessidades sociais e de apoio à família.

Por tudo isto, por ser um Orçamento e umas Grandes Opções do Plano que não respondem às necessidades das famílias e das empresas, votamos contra”.

PONTO 6 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À EXCLUSIVA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS EM VIGOR A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 – ARTº 63 DA LEI 7-A/2016, DE 30 DE MARÇO – LOE PARA 2016, ATÉ 5.953.821,47€. RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. INFORMAÇÃO Nº 19/DGF/2016;

O Senhor Presidente da Câmara em exercício fez a apresentação da proposta.

Entendemos que a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo é um ato de boa gestão.

Estamos a falar da amortização antecipada de outros empréstimos, neste caso do PAEL, no montante de cinco milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e um euros e quarenta e sete cêntimos. Através deste procedimento, liquidando este valor, temos uma poupança efetiva de cem mil euros/ano.

Intervenções:

António Jorge Pinto de Barros do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que isto é de facto um ato de boa gestão.

O ato de trocar dívida por dívida é sempre um ato de gestão de dívida. A questão é ver se há boa gestão, ou não, anterior e o que levou a esta dívida. E isto tanto é verdade para este ponto como para o seguinte já que o que vem a seguir também é trocar um empréstimo por outro mas com spreads diferentes.

Com esta proposta vejo que há menos encargos para o município. Contudo nós não teremos grande interesse em discutir isso. Teríamos interesse em discutir o que levou a esta situação.

Não tenho presente se foi o atual Presidente da Câmara ou o anterior que dizia que as dívidas não se pagam; gerem-se. Afinal foi o Eng.º José Sócrates.



“Esta gestão de dívida está a conduzir-nos a estradas com buracos, fundações Nadir Afonso que de desenvolvimento social e económico trazem zero. Temos MARC’s que de desenvolvimento económico da região, não contribuíram absolutamente nada e temos uma falta de propostas do atual executivo que é gritante. Durante os próximos anos vamos continuar a cingir-nos à gestão da dívida.

O Senhor Presidente da Câmara atual não aponta qualquer caminho que nos indique que até ao final da gestão o caminho se pode inverter. Que se consigam cativar empresas que abram empregos, que se consigam prender pessoas aqui, que vivam aqui, que queiram investir aqui. O que há é simplesmente a gestão de dívida.

Na proposta em análise troca-se um empréstimo do PAEL por um empréstimo a uma entidade bancária que neste caso será o Banco Santander. O empréstimo do PAEL pressupõe uma taxa de juro fixa; durante o prazo de execução ou de amortização, do dinheiro, pagamos sempre a mesma taxa de juro. Aqui há uma taxa de juro variável que será em função da Euribor a 12 meses, acrescida de um spread. A minha pergunta é: há alguma certeza ou algum parecer de algum técnico que legitime a expectativa de manutenção das taxas Euribor em baixa? Eu sei que parece que sim mas a boa gestão camarária não pode ficar pelo «parece que sim». Tem de haver parecer que fundamente essa expectativa. Se a taxa de juro disparar, vamos cair numa situação pior do que aquela que temos agora.

Com o Programa PAEL o executivo tem de fazer a monitorização da dívida semestralmente e tem de nos apresentar os documentos dessa dívida. O facto de se transformar este empréstimo do PAEL num empréstimo à banca vai deixar de ser necessária essa monitorização. A Câmara irá manter essa informação de contas a este Órgão para sabermos como está a evolução dessa dívida ou não?

Francisco José T. Silva Lopes Preto do **MAI** - cumprimentou os presentes e referiu que se estão a discutir dois pontos que tratam da substituição de empréstimos por outros empréstimos com taxas de juro benéficas.

Compreendo que sejam postas dúvidas porque nos empréstimos não há nunca certezas, mas há a certeza atual de que a autarquia vai poupar dinheiro e quando falo na autarquia falo nos cidadãos. Vejo sempre a política numa perspetiva dos cidadãos e não partidária.

O que está em causa neste ponto e no que será discutido a seguir é saber se esta Assembleia aprova, ou não, a troca de empréstimos por condições mais benéficas. É coisa que muita gente tem feito ao longo da vida. Vão negociando com os bancos condições mais vantajosas, com o intuito de poupar algum dinheiro. É isso que a Câmara Municipal está a fazer através destas propostas com a finalidade de poupar dinheiro para investir em obras, nomeadamente tapar buracos. Por essa razão o nosso sentido de voto é de aprovação.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – disse que antes de entrar na discussão do ponto em análise gostaria de se referir a uma situação pertinente, que foi colocada pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro no período “antes da ordem do dia, aquando da abordagem da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, sobre as portagens.

“Nesse então eu disse que a memória me poderia atraiçoar, mas não me atraiçoou. Como diz Max Frisch, a verdade é a melhor camuflagem porque ninguém acredita nela.



A ata de 2 de junho de 2004, na página diz 4, diz que o deputado Nelson Montalvão do PSD apresentou a Moção que se transcreve sobre as scut's e que passo a ler: "Na sequência das notícias vindas a público sobre a alteração do financiamento das scut's, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Chaves, realizada em 2 de junho de 2004, no Auditório Municipal de Chaves, que vote favoravelmente a seguinte Moção: Considerando o atraso de décadas do IP3 Considerando que este itinerário principal não tem alternativa....., continuando o Grupo Municipal referiu: recusamos liminarmente qualquer solução que passe pelo pagamento de portagens no território do nosso concelho".

Quando cometo um erro, peço desculpa pelo lapso. Neste caso, porque o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro questionou, o que é legítimo, e tendo eu a informação correta, entendo que é minha obrigação partilhar com a Assembleia aquilo que foi dito".

Em seguida referiu-se ao assunto em discussão e disse:

O que se pretende com esta proposta é negociar condições para substituição do empréstimo PAEL, no âmbito da normativa prevista no Orçamento de Estado para 2016. Com esta negociação vamos obter condições mais favoráveis para o Município. Neste momento será contratado um novo empréstimo para liquidar o capital em dívida no valor de cinco milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e um euros e quarenta e sete cêntimos, a dez anos, com uma taxa de juro indexada à Euribor a seis ou doze meses, tendo o Banco Santander apresentado a melhor proposta com um spread de 1,14%.

Como foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara em exercício, com esta redução da taxa de juro estima-se que o Município poupe cerca de cem mil euros por ano. Isto é um ato de gestão e de boa gestão. O objetivo é poupar dinheiro para investir no concelho, em prol dos flavienses.

Perante a declaração de votos dos Senhores vereadores do Partido Socialista na reunião da Câmara Municipal e pela intervenção do Senhor deputado Jorge Barros, fica a impressão que para a oposição, quanto pior, melhor. No momento em que se conseguem condições mais vantajosas, a oposição abstêm-se. Nós não pensamos assim.

Quanto à afirmação feita pelo Senhor deputado do PS em que Chaves não tem atratividade para investimento, permita-me que discorde. Chaves tem atratividade para investimento e prova disso são os dois novos hotéis que serão construídos em Chaves, no Centro Histórico.

O Partido Social Democrata continua atento às necessidades dos flavienses, atento a medidas de boa gestão, gestão essa sempre a pensar no futuro e na melhoria das condições de vida dos seus concidadãos e não em meros exercícios de futurologia como aqui me pareceu que foram feitos, pelo que, sem qualquer reserva, votará favoravelmente esta proposta.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – pediu para ficar exarado em ata um voto de protesto do Partido Socialista.

Esse protesto assume o seguinte teor: "estamos contra a direção dos trabalhos. Não reconhecemos que o Regimento desta Assembleia tenha sido respeitado relativamente à forma como devem ser conduzidos os trabalhos, porque foi permitido que uma intervenção, que nada tinha a ver com a substância e a matéria objeto do



ponto da ordem de trabalhos, fosse trazida para essa discussão. Em concreto, foi trazido para a discussão deste ponto, um assunto do período antes da ordem do dia. Com esta latitude de interpretação da mesa, no futuro não vale a pena haver ordem de trabalhos. O que vai acontecer é que falaremos de tudo, em todos os pontos, e isso não faz sentido nenhum.

As questões das correções ou das explicações, do período antes da ordem do dia, ou são feitas em tempo útil, ou só podem ser feitas na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Este Órgão não deve ter regras especiais pelo Senhor Presidente ser da mesma cor política do interveniente desta matéria.

Eu não afirmei que em 2004 não tenha sido apresentada nenhuma Moção. O que eu disse e reafirmo é que em 2004 não havia SCUT. Só isso.

Não percebemos esta intervenção porque não há nenhuma reposição de verdade; não é em nome da verdade, porque aqui ninguém mentiu.

É verdade que aqui também houve uma fuga à ordem de trabalhos”.

“Voltando à questão em concreto, estava à espera que o Partido Social Democrata viesse dizer que esta contratação só é possível porque o Governo do Partido Socialista construiu um orçamento que permite estas soluções, porque as leis dos orçamentos anteriores não o permitiam. O PAEL nunca pode ser objeto de reestruturação e de pagamento de amortização com outro empréstimo. E acontece uma situação curiosa. O governo faz uma coisa relativamente aos municípios, que a união europeia não permite fazer relativamente ao governo da nação.

Depois deste enquadramento justo, entendemos que fazer o pedido de empréstimo para amortização do empréstimo PAEL é um ato de boa gestão. Um ato de má gestão foi aquilo que causou a necessidade de fazer o empréstimo, que todos estamos a pagar com o IMI e com outros impostos.

Nós concordamos com a decisão de contrair novo empréstimo para amortizar os anteriores, sem qualquer dúvida, e esse é um ato de boa gestão. O ato de má gestão foi o que levou à necessidade do empréstimo. Daí a coerência da nossa posição.

Também não é quanto pior melhor. As nossas posições estão assumidas. Nós não somos contra o empréstimo. Nós censuramos as causas que levaram à necessidade do empréstimo.

Se com este novo empréstimo se vai diminuir aos custos com os encargos anuais, não sabemos como é que o Senhor deputado chegou ao valor de cem mil euros porque não vejo isso nos documentos. O Senhor deputado tem informação privilegiada.

Em síntese. Entendemos que isto só é possível porque há uma lei aprovada pelo atual governo, em desacordo com as orientações da união europeia relativamente ao Estado. Concordamos que a necessidade de fazer o empréstimo é um ato de boa gestão mas achamos que foi uma multiplicidade sucessiva de atos de má gestão que nos levou à necessidade de contrair o PAEL, de contrair um Saneamento Financeiro; de contrair dois empréstimos de pagamento a tempo e horas e é por essa razão que nos abstemos.

Entendemos que uma decisão de redução dos encargos e dos juros é uma decisão que interessa a todos os flavienses porque é do seu dinheiro que estamos a falar e não do dinheiro da Câmara, porque esse, é dinheiro público”.



Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – pediu a palavra para direito de resposta e disse que o Senhor deputado Nuno Vaz também aproveitou o tempo para falar de outras coisas.

Sobre o ponto em discussão não referi a questão levantada sobre a monitorização e queria dizer que o município continuará a ser monitorizado, trimestralmente perante a DGAL e levará essa informação à Câmara e à Assembleia Municipal.

Enquanto membro desta Assembleia não tenho qualquer informação privilegiada. Ouvei atentamente o Senhor Presidente em exercício dizer na apresentação da proposta que permitiria uma poupança de cem mil euros por ano.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

Efetivamente o que aqui está em causa é a contratação de empréstimo de médio e longo prazo.

Esta proposta foi analisada com todo o rigor técnico. Não temos a capacidade de fazer futurologia e aguardamos todas as movimentações da banca que venham a acontecer.

O controlo está sempre garantido porque terá de ser monitorizado pela DGAL, pela Câmara e pela Assembleia Municipal.

O Senhor deputado Nuno Vaz referiu e bem, a legislação em vigor que permite esta negociação, mas também gostava de referir que nós, o Executivo Municipal, também gostamos de aproveitar todas as boas oportunidades. Esta é uma oportunidade que não podemos perder e, por essa razão, estamos a apresentar esta proposta.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 56 votos a favor, 14 abstenções (12 do PS e 2 da CDU) e zero votos contra.

O Senhor deputado Nuno Artur Rodrigues do PS pediu para ser informado do sentido de voto por cada grupo municipal.

O Senhor Presidente da Mesa informou o sentido da votação por cada Grupo.

Votos a favor: Grupo Municipal do PSD – 17; Grupo Municipal do MAI – 6; Juntas de Freguesia – 33.

Abstenções: Grupo Municipal do PS – 12; Grupo Municipal de CDU – 2.

Estavam presentes na sala 70 membros da Assembleia Municipal.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto: “ o nosso sentido de voto foi de abstenção porque, embora concordando que a contratação de novo empréstimo se traduz num ato de boa gestão que visa diminuir os encargos resultantes com juros bancários, com o que concordamos, entendemos que não podemos, em consciência, votar a favor tendo em conta as causas próximas que determinaram a necessidade de contratação deste empréstimo.

Foram atos de gestão que conduziram à esta situação de descalabro financeiro que agora faz com que muitos dos recursos disponíveis do município, cerca de dois milhões de euros, em vez de serem utilizados para dinamizar a economia, para fazer a repavimentação das ruas, para fazer intervenção em equipamentos, não tenham utilidade social e económica”.

PONTO 7 – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO DE MEDIO E LONGO PRAZO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO – PROPOSTAS DE REDUÇÃO DE SPREAD. INFORMAÇÃO Nº 21/DGF/2016 – para conhecimento;



O Senhor Presidente da Câmara em exercício disse que este ponto é apenas para conhecimento da Assembleia.

Esta proposta de redução dos spreads foi da iniciativa das próprias instituições bancárias com as quais foram contratualizados os empréstimos de médio e longo prazo, para saneamento financeiro. Foram elas próprias que se dirigiram à Câmara Municipal no sentido de reduzir o spread, o que representa uma poupança para o município de duzentos e onze mil euros/ano.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 8 – VENDA EM HASTA PÚBLICA DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. PRÉDIO URBANO DENOMINADO “CINE-TEATRO DE CHAVES”. – DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA Nº 55/GAP/2016;

O Senhor Presidente da Câmara, em exercício fez uma pequena cronologia relativamente ao assunto deste ponto.

O prédio do Cine Teatro de Chaves foi adquirido pela Câmara Municipal em 9 de maio de 2000 com o objetivo de ali implantar um espaço cultural. Em 2006 a Autarquia desenvolve um processo para alienação do imóvel pelo valor de 1.102.000,00€, tendo as duas hastas públicas realizadas para o efeito, ficando desertas.

Em 2012 foi aberto um concurso para arrendamento do imóvel, com vista à sua dinamização, para desenvolvimento de atividades de cultura e lazer, que também não resultou.

Hoje estamos de novo a propor a alienação do imóvel através da figura de hasta pública pelo valor de 845.000,00€ (oitocentos e quarenta e cinco mil euros).

Entendemos que o propósito que levou a Câmara Municipal de então, à aquisição deste imóvel se encontra prejudicado. Encontra-se prejudicado por vários motivos e também pelo facto da existência de outros equipamentos destinados a fins culturais, nomeadamente o Centro Cultural e o Museu de Arte Contemporânea.

Em bom rigor e se tivermos em conta a proposta de alienação apresentada em 2006, pese embora a proposta para arrendamento de 2012 que não se concretizou, poderemos dizer que o imóvel se encontra à venda desde essa altura.

Atendendo ao estado de degradação do imóvel e aos pressupostos que levaram à sua aquisição estarem prejudicados, não queremos perder a oportunidade de manter esta possibilidade em aberto e o que está a acontecer é a colocação do imóvel em hasta pública de acordo com os valores de mercado atuais.

Esta é a grande variação relativamente à proposta anterior; se ficou deserta, se não houve propostas desde 2006 até hoje, é porque efetivamente o valor de mercado não está adequado. A proposta vem a esta Assembleia Municipal no sentido de autorizar a colocação do imóvel em hasta pública, de acordo com os valores atuais do mercado.

Intervenções:

Anselmo José Martins do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que a sua bancada irá votar contra o conteúdo desta proposta e também contra a filosofia para o desenvolvimento da cidade e do concelho, subjacente à mesma.



O executivo PS, nos seus dois primeiros mandatos gastou muitas das suas energias e recursos financeiros em infraestruturar o concelho em arruamentos, em saneamento básico, em fornecimento de água em quantidade e qualidade.

Desde cedo o PS percebeu que tinha de alavancar o seu desenvolvimento, principalmente em três pilares. No Termalismo, no Turismo e na Gastronomia e paisagens naturais. Com esta aposta tínhamos necessidade de ter uma cidade que também desse resposta aos fluxos turísticos.

Nessa altura a única casa de espetáculos que tínhamos, com razoável qualidade, o Cine Teatro de Chaves, fechou. A Câmara de então entendeu, e bem, que, face à aposta que queríamos fazer no turismo, Chaves precisava de uma casa de espetáculos de qualidade e fez a aquisição do Cine Teatro de Chaves, por valor superior a oitocentos mil euros. Na época disse-se que foi caro mas, dezasseis anos depois, um imóvel que esteve a degradar-se e com a quebra bastante acentuada no valor do imobiliário, os serviços técnicos da autarquia atribuem-lhe hoje um valor mais ou menos semelhante, o que significa que a compra não foi cara.

Em dezembro de 2002, o PSD ganhou as eleições e o então presidente, Dr. João Batista houve coisas vindas da gestão PS que largou e outras que agarrou, nomeadamente o Polis. Na altura, numa entrevista que deu a uma revista disse que tinha o projeto de um Centro Cultural para o Cine Teatro. Entretanto tomaram-se outras opções e a verdade é que não foi dada qualquer utilização àquele espaço, com o imóvel em crescente degradação.

Em 2006 o executivo tomou a decisão de o vender. Foi à hasta pública pelo valor de oitocentos mil euros, mais os juros decorrentes do valor da aquisição, mas não houve interessados. Depois disso esteve para ser um Centro Multiusos, esteve para ser a Loja do Cidadão e chegou a estar arrendado a uma empresa de Chaves.

Sobre a questão do arrendamento pergunto ao Senhor Presidente se esse problema está resolvido.

Diz-me que está resolvido, muito bem.

Temos de admitir que este executivo, em relação àquele património, não fez rigorosamente nada. Agora vem esta proposta para venda que tem, digamos, um complemento de proposta e que é, caso a hasta pública fique deserta, mandar o Senhor Presidente da Câmara para que possa vender o património sem estar um preço mínimo definido.

De forma alguma o PS votaria favoravelmente esta proposta e por todas estas razões votamos contra.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que o Senhor deputado Anselmo fez uma declaração que não sabe se irá subscrever no futuro e a CDU não pode deixar de registar isso.

Os três pilares de estratégia do Partido Socialista para o Município, que referiu - Turismo, o Termalismo e Gastronomia e paisagem - são muito pobres. Espero que não tenham sido esses e que tenha havido um engano.

Um concelho não pode viver apenas de serviços. Há o setor de produção, a agricultura e outras atividades de relevância; alguma coisa que ponha este concelho a produzir.

“Se queremos um espelho de como as coisas correm mal no concelho, por sucessões, é o Cine Teatro. É verdade que não se falhou sempre, mas a aquisição



do Cine Teatro foi aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal e na altura em que havia dinheiro, não fomos capazes de ter um projeto para a sua requalificação. Demorámos anos a perceber que não tínhamos projeto para o imóvel; depois colocou-se à venda por um valor incomportável para o mercado, que não resultou e posteriormente abriu-se concurso para arrendamento que não se formalizou. É uma sucessão de incapacidade e de incompetência infinita que deixa marca. Como é que queremos que o Centro Histórico seja viável se a Autarquia tem ali um imóvel, que fazia parte da memória de todos nós, e não foi capaz de encontrar uma qualquer solução viável para ele?

Na saúde degradam-se os hospitais para os fechar; na educação degradam-se as escolas para as fechar.

Estamos numa situação em que não é fácil encontrar um projeto para o Cine Teatro mas foram dezasseis anos em que nalguns deles, não faltaram fundos comunitários. Fizemos o edifício da Fundação Nadir Afonso e será que não poderia ter havido um projeto para acomodar ali a exposição do Mestre? Gostava de ter um executivo que tivesse alguma imaginação para encontrar soluções.

Em oposição ao que se viu em municípios como Boticas, Montalegre, com executivos a cometeram muitos erros, e toda a gente sabe que eu sou muito crítico, nomeadamente com o executivo de Boticas, mas eles apontaram determinadas direções, seguiram-nas e consolidaram-nas. Aqui isso não aconteceu. Provavelmente nem é uma questão político partidária. É uma questão de competência e de visão estruturada para o concelho.

A questão de alienação do Cine Teatro discutiu-se em 2006 e, passados dez anos, está tudo igual. Comprou-se o imóvel por um milhão e duzentos mil euros, e se esse dinheiro estivesse no banco a render, teríamos um bom resultado em juros.

Gostava que o Senhor Presidente da Câmara viesse aqui reconhecer o erro pela incapacidade de gerir a situação e que dissesse que a alienação é a saída mais airosa, mas isso não consta nas considerações da proposta.

Uma Câmara que está no poder há dezasseis anos e não tem uma ideia de viabilização do património que tem no Centro Histórico, provavelmente criou uma situação sem retorno. Se temos o Centro Cultural, o Museu Nadir Afonso, se temos outras alternativas, qualquer dia temos de inventar alguma coisa para estar lá. Parece-me inquestionável que as responsabilidades são do PSD”.

Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto do MAI – referiu que vai usar da palavra para explicar a posição da sua bancada sobre este assunto em discussão.

“Para nós a questão começa com a aquisição do Cine Teatro por uma Câmara Municipal e não nos interessa se foi do PS ou do PSD. Sabemos que foi o PS mas não é o que importa. Em nosso entender a Câmara Municipal não devia ter adquirido o edifício do Cine Teatro de Chaves, quer pelo preço, quer pela sua localização, embora eu não duvide das boas intenções das pessoas.

Seria para uma casa da cultura, e isso estava no escopo da aquisição.

Conhecendo o negócio e é isso que é importante que os flavienses todos saibam, porque é fácil trocar opiniões, mas a questão é que o Cine Teatro foi adquirido com leviandade. E digo que foi adquirido com leviandade porque não houve um estudo prévio para saber o que é que se podia lá fazer. Foi adquirido sem acessos que



permitam fazer ali uma casa de espetáculos. Tem apenas uma entrada/saída. Não tem saídas de emergência.

A entrada que nós vemos para a Rua do Faustino, não fez, nem faz parte do negócio. Aquela entrada pertence ao Hotel Trajano e como o proprietário do Hotel era o mesmo do Cine Teatro, usava aquela parte do hotel para dar acesso ao Cine Teatro. Quando a Câmara adquiriu o imóvel, levemente, em meu entender, não ponderou a situação e ficou com uma casa de espetáculos que não serviria mais para casa de espetáculos porque não tinha os acessos obrigatórios, nomeadamente saídas de emergência.

Sem querer ser ave agorenta o que me parece, é que não se vai realizar nem metade do capital que lá foi investido, na altura. Em meu entender este foi um mau negócio para os cidadãos flavienses e eu falo sempre em nome dos cidadãos.

Quanto às ideias que se apontam para a dinamização do Centro Histórico tem que se ser mais concreto nos projetos que se pretendem para dinamizar o Centro Histórico. Como é que se quer dinamizar o Centro Histórico? É de dia? É de noite? Uma loja do cidadão e umas lojinhas lá dentro dinamizam o Centro Histórico? Será que o que faz falta para dinamizar o Centro Histórico não serão pessoas a morar lá? Isso é que tem de ser pensado. Não é vir aqui, levemente, dizer que se fazia isto e aquilo. Eu entendo que não se pode fazer nada. Talvez um privado possa fazer alguma coisa. Talvez um privado possa investir ali aquilo que a Câmara não pode até porque não se coaduna com o seu escopo.

A nossa votação é apoiar favoravelmente a venda pelo valor dos oitocentos e quarenta e cinco mil euros. Caso não se consiga vender por esse valor, deve passar-se à forma como se processa nos tribunais; depois da venda por hasta pública ou por valor fixado, vende-se ao melhor preço.

Naturalmente que acredito que a Câmara não vai vender o imóvel por umas cascas de alho. Vai entrega-lo à melhor proposta até porque estas questões levantaram sempre um debate entre a população e não vejo aqui nada que me diga que o Senhor Presidente não vai saber vender esse património”.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – disse ser verdade que a aquisição do imóvel foi aprovada na Assembleia Municipal a 23 de fevereiro de 2000, por unanimidade, mas que é necessário ter alguma memória sobre os factos.

Nessa altura, o PSD nas suas intervenções sobre esta matéria deixou alguns alertas mas votou favoravelmente a proposta apresentada pelo executivo socialista, para aquisição do Cine Teatro, no valor de oitocentos e setenta e dois mil e oitocentos e noventa e seis contos.

Como foi aqui referida a questão histórica, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de então, disse e passo a citar «....solicitar ao Governo e ao Ministério da Cultura apoio para esta iniciativa, porque para a sua aquisição não havia disponibilidade. ...vai ver se consegue o apoio para a sua recuperação».

De referir que o Ministro da Cultura do governo dessa altura que esteve no poder até Março de 2002 é o atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Augusto Santos Silva que, como se recordam, enquanto Ministro da Cultura disse que só apoiaria o funcionamento de teatros nas capitais de distrito.

Quando o Senhor Dr. João Batista tomou posse como Presidente do executivo em janeiro de 2002, havia a intenção aproveitar aquele espaço para os fins a que estava



destinado. Mas conforme foi referido nos considerandos da proposta de venda que foi presente na Assembleia Municipal em 2006, depois dos estudos feitos pelos técnicos da autarquia, verificou-se que o imóvel não tinha as condições exigidas, conforme já antes referido pelo Senhor deputado Francisco Preto, na sua intervenção. Desde logo não tinha condições para realização de espetáculos de índole cultural, nomeadamente no que respeita às acessibilidades, entrada e saída de viaturas, carga e descarga e outros aspetos logísticos. Todos esses considerandos vieram a esta Assembleia Municipal em 2006, é histórico e factos são factos.

Propõe-se agora a venda do edifício em hasta pública por valor inferior ao de aquisição, mas, tal como o Senhor deputado Anselmo Martins referiu, os imóveis nos últimos anos tem vindo a desvalorizar o seu valor patrimonial para efeitos de venda.

O Grupo Municipal do PSD vai votar favoravelmente esta proposta, porque os fins/objetivos que levaram à sua aquisição, neste momento estão prejudicados. Na altura da sua aquisição não foram feitos estudos de viabilidade de implementação desses fins e quando em 2006 esses estudos foram feitos, apontavam para todas as debilidades de logística, antes referidas. Quando o imóvel foi adquirido a cidade não dispunha de nenhum espaço condigno para realização de atividades culturais. Hoje esse espaço existe. Temos um Centro Cultural com este auditório onde nos encontramos, com capacidade para duzentas e cinquenta pessoas, e temos o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso. As carências que existiam à data da compra do edifício do Cine Teatro, nesta data estão supridas.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a Câmara Municipal de Chaves é proprietária, desde o ano 2000, do imóvel situado na Rua de Santo António, onde, durante muitas décadas funcionou o Cine Teatro de Chaves, palco de muitas emoções e experiências culturais e cinematográficas inesquecíveis, que marcaram, indelevelmente, várias gerações de flavienses.

Foi também o local escolhido pelo General Humberto Delgado, conhecido como o General sem medo, para no dia 22 de abril de 1958, fazer um grande comício que se transformou num momento singular da história da defesa da democracia e num ato de coragem, que só os grandes democratas são capazes de assumir.

Este local que encerra um singular significado cultural e histórico, para milhares de flavienses e não só, tem estado voltado ao ostracismo e ao abandono por parte do seu atual proprietário, o Município de Chaves, porventura por razões de xenofobia política e por erradas decisões de gestão. Podemos hoje concluir que os sucessivos executivos municipais liderados pelo PSD, nunca quiseram verdadeiramente recuperar e revitalizar tal equipamento cultural, apesar de ter sido essa a motivação subjacente à sua aquisição em Maio de 2000, pelo preço de cerca de oitocentos e oitenta e três mil euros, pelo então Presidente da Câmara, Professor Altamiro Claro, eleito pelo Partido Socialista.

O projeto base de arquitetura elaborado nessa altura, com um orçamento de um milhão e trezentos mil euros, visava tornar o Cine Teatro de Chaves num moderno e funcional espaço de cultura e arte, com quinhentos e setenta e cinco lugares e contribuir assim, decisivamente, para a dinamização económica e cultural do centro da cidade. Este projeto foi objeto de homologação por parte da Ministra do Planeamento em abril de 2000 mas foi abandonado e colocado na prateleira pelo



PSD quando em 2002 assumiu a gestão da autarquia, com o argumento de que iria construir um Centro Cultural.

Trago à vossa memória o que foi afirmado pelo então Presidente da Câmara Municipal na revista “Meios e Desafios Chaves”, em outubro de 2002. Nessa data o presidente João Batista afirmava: «vamos proceder à recuperação do Cine Teatro de Chaves, construindo aí um Centro Cultural» e afiançou a execução da obra, dizendo, inclusive, que o projeto estava a ser executado. Concomitantemente disse que iria construir a Fundação Nadir Afonso, com projeto a executar pelo arquiteto Sisa Vieira. Essa afirmação foi votada ao esquecimento até que em Maio de 2006 foi revelada a verdadeira e única intenção existente desde o início. Vender o antigo Cine Teatro de Chaves a qualquer preço, que nessa altura não foi concretizada por falta de interessados.

Volvidos dois anos, em 13 de maio de 2008, a Câmara Municipal, liderada pelo Senhor Dr. João Batista, convocou uma conferência de imprensa e fez a promessa de destinar este imóvel a Centro Multiusos, aproveitando para o efeito o Programa de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Chaves. Afirmou nessa altura que o estudo prévio já tinha sido aprovado e que o Cine Teatro de Chaves iria ter três pisos sendo em cada um deles contempladas as seguintes atividades: no piso zero, com acesso através da Travessa Cândido Reis, prevê-se a instalação de espaços multiusos, centro multimédia, espaço interativo, centro de convívio para idosos e espaço para crianças; no piso um, com acesso principal pela Rua de Santo António, prevê-se a instalação de espaço comercial e serviços; no piso dois, também com acesso principal pela mesma rua, prevê-se a instalação de espaços polivalentes de serviços preparados para atividades profissionais liberais, objetivando-se a criação de uma espécie de centro de negócios onde diversos serviços poderão ser partilhados por todos os utilizadores.

Esta proclamação de investimento não passou de mais uma falácia política para enganar os mais incautos, pois contata-se hoje que nunca foi revelada efetiva vontade de recuperar e devolver à cidade e aos flavienses um Cine Teatro renovado e ajustado aos novos tempos e às novas necessidades culturais.

As promessas vãs e as simulações políticas não terminaram aqui dado que o atual Presidente da Câmara prometeu, publicamente, afetar esse imóvel a uma Loja do Cidadão, concentrando serviços públicos centrais e locais de modo a facilitar o acesso a todos os cidadãos flavienses. Pelos vistos a palavra do atual Presidente da Câmara tem o mesmo valor do seu antecessor ou seja: no que concerne a este assunto, nenhum. As palavras e as promessas foram em abundância, todavia as obras, mesmo as de simples conservação e manutenção foram escassas ou nenhuma. A Câmara Municipal de Chaves violou o dever de conservação do imóvel onde funcionou o Cine Teatro de Chaves, traduzido na obrigação de, de forma periódica, pelo menos de oito em oito anos e sempre que se revelassem necessárias, fazer as obras de conservação.

Esta omissão agravou a situação do imóvel e diminuiu fortemente o seu valor de mercado. A falta de vontade em recuperar o imóvel do Cine Teatro de Chaves e a omissão de conservação, aliada à difícil situação da Câmara Municipal de Chaves estão agora a ser usadas para fundamentar a sua venda. A tentativa de vender este imóvel é o reconhecimento de que o atual executivo não tem vontade real de



contribuir para a revitalização económica, social e cultural do Centro Histórico de Chaves, comportando-se como um qualquer investidor imobiliário, com a particularidade de ser um mau gestor imobiliário, ao admitir vender por valor inferior ao da sua aquisição.

Tratar o antigo Cine Teatro de Chaves como um qualquer edifício é um erro crasso motivado por xenofobia política que empobrece a memória coletiva e cultural da comunidade flaviense. Esta decisão é ao mesmo tempo reveladora de falta de visão e de projeto de desenvolvimento integrado para a cidade.

Por tudo isto o Partido Socialista de Chaves manifesta a sua estranheza na venda do Cine Teatro de Chaves e coloca-se ao lado dos flavienses que gostariam que esse imóvel fosse utilizado em prol da revitalização e da revalorização do Centro Histórico, condição sine qua non para tornar a cidade e o concelho de e com futuro e por essa razão vota contra.

Manuel Guerra Afonso do MAI – disse ter dificuldade em decidir o seu sentido de voto e que não concorda que o edifício do Cine Teatro de Chaves seja vendido por qualquer preço.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu às questões colocadas.

Na apresentação da proposta apenas fez uma nota breve e cronológica do assunto em discussão.

Agradeço ao Senhor deputado Francisco Preto a intervenção que fez, que de certa forma prejudicou a minha, mas focou alguns aspetos que são importantes.

O Senhor deputado Nuno Vaz na apresentação que fez contradiz-se ao dizer que este executivo municipal ao longo destes dezasseis anos, nada fez. No entanto elencou um conjunto de iniciativas e de vontades expressas, que foram publicadas. Essas iniciativas, vontades e projetos sempre existiram, quer neste executivo, quer nos anteriores, pese embora a mudança estratégica relativamente à construção de centros culturais e outros equipamentos. Os executivos foram tendo outras ideias, o que é legítimo, mas em relação a este espaço em concreto, sempre houve a intenção de o valorizar.

A intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha foi claramente política mas misturou aquilo que é a estratégia de desenvolvimento para o Centro Histórico com este equipamento em concreto. Não se pode dizer que não há estratégia para o Centro Histórico porque ao longo dos últimos anos, desde o primeiro mandato do Senhor Dr. João Batista, tem havido um investimento muito grande no Centro Histórico, que está devidamente quantificado.

Todas as intenções que foram manifestadas neste processo tiveram como barreira a mesma razão. Na altura da aquisição do imóvel do Cine Teatro de Chaves não foi acautelada uma situação que é fundamental e que tem a ver com os acessos. Como o Senhor deputado Francisco Preto referiu e bem, o acesso pela Travessa Cândido Reis não existe. Era facilitada a entrada por aquele lado porque o proprietário do Cine Teatro e do Hotel Trajano era o mesmo. Essa situação está em Tribunal e prejudica todas as iniciativas que foram sendo tomadas ao longo do tempo, inclusive a própria venda. Neste momento não queremos utilizar esse argumento porque prejudica a hasta pública.

Antes da tomada de decisão para a sua venda em 2006, houve um conjunto de projetos que foram desenvolvidos cujos pareceres foram negativos.



Também é verdade que se projetou fazer um investimento na ordem dos três milhões de euros naquele espaço para a instalação da Loja do Cidadão mas o Organismo de tutela não manifestou vontade e isso é do conhecimento desta Assembleia Municipal. Na verdade o que inviabilizou qualquer investimento no edifício do Cine Teatro foram as condições físicas do edifício que num aspeto são privilegiadas, mas nos outros são prejudicadas e isso é um problema muito sério.

Em relação à proposta em concreto pede-se autorização para venda do imóvel através de hasta pública e não se está a passar nenhum cheque em branco a ninguém; o que aqui se está a pedir é que se o procedimento ficar deserto seja legitimado o Presidente da Câmara para poder vender por ajuste direto, pelo preço base.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – usou novamente da palavra para dizer que volvidos dezasseis anos se conclui que nunca houve uma prioridade para recuperação do Cine Teatro de Chaves.

Se este investimento fosse verdadeiramente prioritário houve oportunidade através de fundos comunitários para captar o capital necessário, com uma componente pequena de participação do município para revitalização deste imóvel. Houve opções e esta não foi opção. Este edifício nunca foi querido, nem desejado e nestes anos todos degradou-se, perdeu valor e não é de bom-tom utilizar isso como argumento para vender.

É estranho que agora venham a ser utilizados argumentos para a venda, que deviam ter sido suscitados em 2000. Se nessa altura havia membros desta Assembleia Municipal que hoje estão aqui e que entendiam que o edifício não tinha condições técnicas, que não teria nunca as apetências nem as capacidades para uma casa de artes/cultura, deviam ter votado contra.

Também nesta proposta houve documentos de análise que não nos foram facultados. É o caso das normas de procedimento que embora a ata diga que são anexadas, a verdade é que não foram distribuídas e isso limita a nossa capacidade de apreciação e a nossa valoração.

Também me parece que há a questão do arrendamento que não está resolvida. O que a proposta diz é que o contrato de arrendamento que foi prometido fazer não vai ser feito, mas não se explica porquê. Há algum acordo? Isto não vai gerar encargos para o município?

Manuel Justino Matos Cunha da CDU referiu que na sua intervenção anterior não disse que a autarquia não tinha investido no Centro Histórico.

O que eu disse foi que é complexo acreditar na viabilidade do Centro Histórico, onde a autarquia tem um imóvel que faz parte da memória de todos, cuja aquisição foi votada por unanimidade e que se deixou degradar por falta de investimento. Isso pode por em causa a competência do executivo socialista que se decidiu pela compra, com uma série de dificuldades técnicas, que não foram tidas em conta. Mas os executivos do PSD foram apresentando ao longo dos anos sucessivas propostas que não tinham em conta a realidade concreta do edifício do Cine Teatro e que agora é invocada como argumento para a sua venda e a isso chama-se incompetência.

Nós temos as piores piscinas cobertas de Portugal a servir escolas e isso é mais um exemplo de que ao fim de dezasseis anos de promessas de piscinas olímpicas de cinquenta metros, não tiveram realização, à semelhança de outras obras que foram



feitas mas que não funcionaram. Algumas até podem ser herança do Partido Socialista e eu não tenho nada a ver com o executivo do PS mas o PSD não conseguiu reverter a situação.

Se me perguntarem qual é a minha proposta para o Cine Teatro eu respondo que neste momento não tenho nenhuma proposta. Houve tempo em que havia verbas/fundos para se poder investir no imóvel e isso não aconteceu.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro dizendo que os anexos deviam, efetivamente, ter acompanhado a proposta.

O argumento utilizado na proposta é pela situação que hoje temos sobre a mesa e que ao longo destes anos não conseguimos resolver. Está em tribunal e isso representa um ónus imenso pelo facto de não termos aquele património aproveitamento.

Temos em análise duas situações; o arrendamento e a hasta pública.

Relativamente ao arrendamento a empresa arrendatária não desenvolveu qualquer atividade no local, também pela falta de acessos de camiões para cargas e descargas e decidiu-se pelo cancelamento do contrato, em acordo com a autarquia. Assim a questão do arrendamento está resolvida.

Sobre a referência que foi feita, da incompetência, não posso concordar com o que aqui foi dito porque na verdade só falha quem faz e se há projetos que falharam há outros que acertaram e isso significa que há muito investimento e muita obra feita.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 49 votos a favor, 1 abstenção (MAI) e 12 votos contra (9 do PS e 2 da CDU e 1 do MAI).

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto: “o nosso voto é um voto contra porque entendemos que esta decisão de alienação do antigo Cine Teatro de Chaves é a tradução clara de uma falta de visão integrada para o desenvolvimento do Centro Histórico da cidade e de um desinteresse manifesto para aquilo que é a intervenção pública nessa zona, traduzida quer na manutenção dos seus edifícios, quer na criação de fatores de atratividade, de serviços âncora, ao mesmo tempo que não é feita a aquisição de duas ou três construções degradadas, por ano, para serem recuperadas e colocadas no arrendamento jovem, conforme propusemos.

Para além disso a venda do antigo Cine Teatro de Chaves, sem garantir que continuará afeto àquilo que é a sua história/memória cultural, vai com certeza ser uma perda grande para um conjunto de gerações de flavienses.

Entendemos que é incoerente estar a propor a alienação do edifício porque perdeu valor já que essa perda de valor resultou da omissão do dever de conservação. Entendemos ainda que não estão devidamente explicitadas as razões pelas quais se aliena este património, razão porque votamos contra”.

PONTO 9 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA “MINUTA DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2” INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº. 73/DSC/2016;

O Senhor Presidente da Câmara em exercício fez a apresentação da proposta dizendo que é uma iniciativa feliz que podia até já ter acontecido há mais tempo,



tendo em conta a importância da rota da Estrada Nacional nº 2 no país, e enquanto rede nacional de estradas.

Esta estrada foi classificada há 75 anos. Tem início junto ao Jardim Público onde se encontra o marco do ponto zero e terminando em Faro.

A iniciativa surgiu através da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e teve de imediato a adesão de outras autarquias ao projeto designado por “Rota da Estrada Nacional 2”. Visa elaborar um plano de ação voltado para o turismo no sentido de potenciar as economias locais, nomeadamente dos vinte e nove municípios que integram a Associação, desde Chaves a Faro.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 10 – LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE MARC, SA. – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA DE LIQUIDAÇÃO. PROPOSTA Nº 42/GAP/2016 – para conhecimento;

Não houve intervenções

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 11 – AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017. AJUSTE DIRETO Nº 27/SC/2016;

Intervenções.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que este assunto vem à Assembleia Municipal porque é um contrato que tem efeitos plurianuais.

Depois de analisar a proposta não consegui perceber como se chegou ao valor global dos passes porque não é dada informação sobre o número de crianças em idade escolar e sobre o custo médio de cada passe. Pede que de futuro essa informação seja disponibilizada.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 12 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017. CONCURSO PÚBLICO Nº 1/SC/2016;

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 13 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 53/GAP/2016;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que à

Intervenções.

Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues do PS – disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista vai votar favoravelmente a alteração proposta.

“Esta é a terceira edição do Orçamento Participativo e para o efeito existe um fundo destinado a obras materiais e também imateriais. As obras imateriais foram todas lançadas. Das obras materiais não foi feita nenhuma até hoje e gostaria de saber se as verbas que não foram gastas nos dois orçamentos participativos anteriores acumulam no seguinte”.



O Senhor Presidente da Câmara em exercício informou que este é um processo transparente, evolutivo em que as alterações são propostas pela empresa gestora da plataforma informática do Orçamento Participativo, à medida que se vão detetando erros, no sentido de corrigir.

As propostas vencedoras têm de ser executadas, salvo motivos extraordinários, ponderosos, que o impeçam mas que terão de ser devidamente justificados.

As obras imateriais são de mais fácil realização, enquanto as matérias carecem de um conjunto de situações de ordem técnica, de tempo, de apreciação etc., nomeadamente se se tratar de uma construção.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 14 - ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS POR MOTIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES EM ESPAÇOS URBANOS E URBANIZÁVEIS DA CLASSE 1, CATEGORIA 1.1 – CIDADE DE CHAVES E 1.2 – VILA DE VIDAGO, PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO SEU PRAZO DE VIGÊNCIA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE 19.05.2016;

O Senhor Presidente da Câmara em exercício fez a apresentação da proposta dizendo que está em vigor o estabelecimento de medidas preventivas cujo prazo terminava neste mês de junho e esta proposta vem no sentido de as prorrogar pelo prazo de mais um ano, quer para a cidade de Chaves, quer para a Vila de Vidago.

Estamos a pensar fazer coincidir com a própria revisão do Plano que prevemos esteja concluído no primeiro trimestre de 2017.

Intervenções.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que dos Municípios do Alto Tâmega o de Chaves é o último a fazer a revisão do PDM cujo período de vigência inicialmente era até 2005. O Plano Diretor Municipal para o Concelho de Chaves foi aprovado em 1995 e era suposto que a sua disciplina urbanística estivesse em vigor até 2005. A maioria dos concelhos do país fizeram a revisão do PDM e Chaves atrasou-se nesse processo. Isso hoje tem uma relevância menor do que tinha há alguns anos atrás pela menor pressão urbanística por parte dos particulares, dos urbanizadores, dos promotores imobiliários.

A necessidade de fazer a prorrogação das medidas preventivas tem alguns aspetos criticáveis. Estas medidas preventivas, da forma como estão elaboradas, são muito subjetivas; os conceitos urbanísticos utilizados para permitir a construção, ou não, são muito genéricos, pouco concretos, o que eventualmente pode introduzir um grau de discricionariedade muito elevado e nalguns casos, alguma arbitrariedade. É de evitar que este tipo de instrumentos se mantenha. É muito relevante saber se o terreno está inserido em área que tem capacidade edificatória ou não. Hoje menos do que foi há dez, quinze, vinte anos atrás, mas mesmo assim é muito importante e isso porque estamos a falar de questões de igualdade perante o Plano. Se não soubermos quais são as regras e se estas forem muito genéricas, com conceitos muito indeterminados, de difícil concretização, não podemos garantir adequadamente a igualdade perante o Plano ou perante as regras.



A Bancada do PS vai votar favoravelmente a proposta mas com a sugestão de que este tipo de procedimentos/prorrogações não aconteçam e que se garanta uma maior estabilidade neste tipo de processos.

Carlos Afonso de Moura Teixeira do PSD – cumprimentou os presentes e disse que é importante saber se os objetivos pelos quais foram estabelecidas as medidas preventivas, foram alcançados.

Quais os benefícios que foram obtidos com a agilização dessas medidas quer para a cidade de Chaves, quer para a Vila de Vidago. É importante que seja prestado esse esclarecimento.

É importante saber que vamos ter o PDM aprovado no primeiro trimestre de 2017. Merecemos isso, os investidores, as famílias merecem. Pese embora estejamos a aprovar as medidas por um ano, certamente apenas serão necessárias para o período de seis meses.

Francisco José Teixeira L. Silva Preto do MAI – disse que há dois anos a sua bancada votou contra a suspensão do PDM e contra a implementação das medidas preventivas.

Na altura, como justificação, referimos o que achávamos que poderia criar medidas discricionárias nos projetos que eram apresentados na Câmara Municipal e, sobretudo, dissemos que se o Plano Diretor Municipal em vigor não servia, e o que era preciso era um novo PDM que há muito deveria ter sido feito.

Hoje verificamos que o novo PDM está para sair dentro em breve; já houve discussões públicas e queremos congratular-nos por isso.

Não compreendíamos bem que, com um novo Plano a sair, estivesse ainda a ser aplicado um PDM obsoleto. Por isso achamos que as medidas preventivas devem ser prorrogadas para se poder por de parte o velho Plano que morrerá dentro em breve. Por essa razão a bancada do MAI vai votar a favor desta proposta.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que uma coisa é a suspensão do PDM e outra coisa são as medidas preventivas.

Se nós temos um PDM que tem uma disciplina urbanística e não permite fazer um investimento público relevante, num determinado local, nós podemos permitir que esse investimento relevante possa ser feito, fazendo a suspensão da eficácia do PDM.

As medidas preventivas visam outra coisa e no caso concreto estamos a falar de medidas preventivas; não estamos a falar de suspensão do PDM.

Eu também defendo que sempre que a disciplina rígida de um PDM é rígida e não permite um investimento relevantíssimo para o concelho, se suspenda este e se permita a construção do investimento. Mas o que estamos aqui a discutir não é isso. O que estamos a discutir são medidas preventivas e medidas preventivas são regras que visam disciplinar o uso e transformação do solo no sentido de estabelecer condicionantes ao mesmo.

Por uma questão de pedagogia entendi vir explicar isto porque é isso que está em causa e, por essa razão, a bancada do PS vai votar favoravelmente esta proposta, por esta razão.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu dizendo agradecer a explicação dada pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro.



Efetivamente aqui há as duas figuras: a suspensão do PDM e a aplicação da suspensão das medidas preventivas que, em nossa opinião, ambas são favoráveis e cumpriram na íntegra os objetivos a que nos propusemos.

Agradeço também a intervenção do Senhor deputado Francisco Preto que foi uma intervenção muito lúcida sobre esta matéria.

Provavelmente se não estivéssemos nesta fase da revisão do Plano não teríamos a necessidade de estar aqui a promover uma nova prorrogação de prazo. Estamos a fazê-lo porque a previsão que tínhamos da revisão do Plano não se concretizou. Esperamos que durante o mês de Agosto, possa estar em discussão pública, muito embora estejamos dependentes de alguns pareceres externos. A Comissão de Acompanhamento integra 24 instituições; a própria Comissão de Coordenação tem tutela sobre esta questão.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 56 votos a favor, 2 abstenções (da CDU) e zero votos contra.

PONTO 15 - CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM "PARQUE AVENTURA", NA QUINTA DO REBENTÃO, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 52/GAP/2016;

O Senhor Presidente da Câmara em exercício fez a apresentação da proposta dizendo que este concurso público é uma iniciativa interessante que potencia toda a zona da Quinta do Rebentão e é isso que todos pretendemos.

Vem de novo a esta Assembleia Municipal porque o anterior concurso ficou deserto. Posteriormente houve um conjunto de operadores do mercado que nos disseram que este procedimento era muito oneroso e isso fazia com que o investimento não fosse viável. Fizemos a necessária análise técnica e vem hoje nova proposta de concurso público à aprovação da Assembleia porque entendemos que é uma iniciativa que devemos concretizar.

Intervenções:

Tiago José M. Morais Caldas do PS – cumprimentou os presentes e disse que esta proposta lhe levanta algumas dúvidas pelas razões que explica.

No dia 29 de setembro de 2015 esta Assembleia aprovou um concurso público que não teve interessados e nós queremos perceber quais foram os motivos. A proposta hoje em discussão é um pouco diferente da que foi apresentada anteriormente e gostaríamos de perceber o significado dessas alterações, nomeadamente: o aumento de área da parcela A e o significado efetivo de "desoneração do contrato". As alterações que foram feitas no caderno de encargos não são perceptíveis porque trazem junto os devidos anexos. Gostaríamos de conhecer os fundamentos que levaram a estas alterações para podermos votar de uma forma mais esclarecida.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que a Quinta do Rebentão foi comprada há mais de vinte anos. Que os concelhos de Ribeira de Pena e Boticas têm um Parque Aventura enorme, e que Chaves, como é costume, está atrasado neste tipo de investimento.



Há um ótimo Parque Biológico na Quinta do Rebentão; há um ótimo circuito de manutenção e a ideia que eu tenho é que a utilização daquele espaço é muito reduzida.

Mudando um pouco de assunto tive a informação que vai fechar definitivamente a parte da medicina legal no hospital de Chaves. É uma situação que já vem sendo falada, mas parece que agora será concretizado, o que é mau. É bom que se perceba de quem são as decisões e que esta decisão tem algumas implicações em termos de medicina legal, de violência doméstica e de tudo o que lhe está associado. Deixo aqui o alerta.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício informou que este é um novo procedimento que diz respeito somente ao Parque Aventura, com um caderno de encargos novo. No procedimento anterior havia também uma componente relacionada com a prática equestre.

Como no local destinado à prática equestre não seria possível instalar as cavalariças, entendeu-se retirar essa componente do projeto e presumo que desse facto tenha resultado um aumento de área para o Parque Aventura. Neste momento não tenho como confirmar essa situação mas fá-lo-ei posteriormente, se assim o entenderem.

Tiago José M. Morais Caldas do PS – usou novamente da palavra para dizer que continuam a não estar esclarecido sobre o caderno de encargos relativo a esta proposta.

Não lhe foi distribuído esse documento e no preambulo da proposta em análise fala-se claramente numa desoneração da contratação. Em termo de caderno de encargos e contratualização queria que o Senhor Presidente me explicasse que alteração é que houve em relação à primeira proposta. Quais foram os valores e os prazos que foram dilatados.

Só com esta proposta creio que nenhum membro da Assembleia Municipal está em condições de a votar, porque não tivemos acesso ao caderno de encargos.

Em setembro de 2015 aprovamos também a instalação de um parque equestre mas percebemos, pelas palavras do Senhor Presidente que não vai avançar.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício informou que na proposta constam as condições de adjudicação.

Em meu entender na proposta consta informação suficiente para análise e aprovação; tem os critérios de adjudicação e os objetivos mas entendo que façam referência ao caderno de encargos que devia ter acompanhado a proposta.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 46 votos a favor, 12 abstenções (9 do PS, 1 do MAI e 2 da CDU) e zero votos contra.

O Senhor deputado **Nuno Vaz Ribeiro** apresentou a seguinte declaração de voto: “sentimos a obrigação de apresentar declaração de voto porque, verdadeiramente, não pudemos apreciar a bondade e o mérito da proposta, por falta de elementos, nomeadamente o programa de procedimento e o caderno de encargos. O voto da nossa bancada é de abstenção, apenas e só por isso”.

PONTO 16 – CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI, IRS E PARA REDUÇÃO PARA RENDIMENTOS PREDIAIS. REQUERENTE: JOAQUIM BARREIRA MACHADO. LOCALIZAÇÃO: LARGO DO ARRABALDE -



**SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO N.º 287/07 | REQUERIMENTO N.º 536/16.
INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº95/DSCH/2016;**

Não houve Intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 17 - REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMT AO ABRIGO DO ARTº 45º DO EBF. REQUERENTE: VITOR CARLOS PINHEIRO FERREIRA. LOCALIZAÇÃO: RUA DO RIO - SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO N.º 373/10 REQUERIMENTO N.º 714/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº110/DSCH/2016;

Não houve Intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos termos do disposto no artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata.

Depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda o **Senhor Presidente da Mesa**, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às vinte horas, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____